

# De perto e de dentro: Globalização, violência e o poder das Facções Criminosas no Brasil

**Fabio Lopes Araujo**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutora Cláudia Sofia Santiago Ribeiro Vaz

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciência Política.

Lisboa  
2018

[WWW.ISCSP.U LISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.U LISBOA.PT)

## **Agradecimentos**

Primeiramente agradeço a Deus pela dádiva da vida, agradeço à minha família e esposa, por todo o apoio material e psicológico tão necessário para que eu pudesse enfrentar este desafio. Segundo, agradeço à professora Claudia Vaz pela competente e valiosa orientação académica, que foi de fundamental importância para que chegássemos ao resultado pretendido. Agradeço também a todos que estiveram envolvidos direta ou indiretamente em todo o processo que se deu este curso de mestrado, desde os professores do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa que me capacitaram para produzir conhecimento científico, até as demais pessoas que estiveram envolvidas nas entrevistas e em todo o trabalho de campo.

**Resumo:** Este trabalho consiste numa dissertação de Mestrado em Ciência Política no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa. Tem como objetivo compreender os fatores que estão na origem das facções criminosas num mundo global, assim como a função dos presídios no Brasil e seu reflexo nas ruas. Para esta reflexão vamos abordar os temas teóricos da globalização, da violência e do poder. Para responder à questão de pesquisa, optamos pelo estudo de caso. Se, por um lado, recolhemos e analisamos dados estatísticos (importantes para a caracterização do fenómeno), por outro privilegiamos dados de natureza qualitativa – entrevistas semiestruturadas a profissionais de diferentes áreas (diferentes perspectivas) envolvidos no mundo do crime e das facções, cartas de detentos, imagens de pichações, reconstituição de episódios (informação de arquivo) com impacto junto da população.

### **Palavras-chave**

Crime Organizado-Facções Criminosas-Globalização-Violência-Poder-Estudo de caso.

**Abstract:** This work refers to the dissertation of Master degree in Political Science at the Higher Institute of Social and Political Sciences (ISCSP) of the Lisbon University. Its purpose is to understand the factors that are the origin of criminal factions in a global world, as well as the role of prisons in Brazil and its reflection in the streets. For this reflection we will address the theoretical themes of globalization, violence and power. To answer the research question, we have chosen the case study. If, on the one hand, we collect and analyze statistical data (important for the characterization of the phenomenon), on the other hand we privilege data of a qualitative nature - semi-structured interviews with professionals from different areas (different perspectives) involved in the world of crime and factions, letters of detainees, graffiti images, reconstruction of episodes (archive information) with impact on the population.

### **Key-words**

Organized Crime-Criminal Factions-Globalization-Violence-Power- Case study.

## **Índice**

Agradecimentos.....	01
Resumo Palavras-chave Abstract Key-words.....	02
Índice de Figuras.....	04
Índice de Tabelas.....	05
Índice de Gráficos.....	05
<b>Introdução.....</b>	<b>06</b>
<b>Capítulo 1 – O cenário: a violência no Brasil.....</b>	<b>12</b>
1.1 A violência em números.....	12
1.2 O Brasil real, de perto e de dentro.....	16
1.2.1 Episódios marcantes.....	16
1.2.2 A carta como um aviso ao Governo.....	18
1.2.3 Das Paredes aos Atos - “São regras e regras são para cumprir” .....	19
1.2.4 Perspectivas-várias do crime, das facções criminosas e do poder.....	26
1.3 A violência como um fenómeno social.....	32
<b>Capítulo 2 Crime organizado e Facções Criminosas no Brasil.....</b>	<b>38</b>
2.1 Evolução histórica e sociológica.....	38
2.2 A noção de globalização.....	53
<b>Capítulo 3 Considerações teóricas sobre o poder como objeto de estudo da Ciência Política.....</b>	<b>57</b>
<b>Conclusões.....</b>	<b>62</b>
Referências Bibliográficas.....	65
Apêndices.....	68
Anexos.....	72

## Índice de Figuras

Figura 01– Números de homicídios no Brasil e no mundo 2017.....	13
Figura 02– Carta de ameaça.....	18
Figura 03 – Sigla do PCC nas paredes de uma cela, o numero 1533 faz referência a posição numérica das letras no alfabeto indicando presença de membros da facção neste lugar.....	19
Figura 04 – Sigla do CV nas paredes de uma cela junto com nome de um bairro de Fortaleza, indicando presença de membros da facção neste lugar.....	20
Figura 05 – Sigla da GDE nas paredes de uma cela junto com nome de alguns bairros de Fortaleza, indicando presença de membros da facção neste lugar e nos bairros citados.....	20
Figura 06 – Sigla do CV junto com sigla da FDN nas paredes de um bairro de Fortaleza, indicando além da presença das facções no local uma união entre as duas facções com a frase atribuída a facção “É o trem bala”.....	21
Figura 07 – Sigla do PCC nas paredes de um bairro de Fortaleza, indicando sua presença no local e também uma expressão atribuída a facção GDE, “td3”, indicando a aliança entre as facções.....	21
Figura 08 – Sigla da GDE nas paredes de um bairro de Fortaleza, indicando sua presença no local, e ainda uma frase difundida pelo grupo “o certo pelo certo e o errado é cobrado”.....	22
Figura 09 – Siglas de uma facção se impondo sobre a outra indicando a guerra local, no caso entre CV que dominou um antigo território da GDE.....	22
Figura 10 – Pichação de ameaças de morte contra a prática de roubo dentro da comunidade são regras impostas pelas facções. “Se roubar cidadão na favela vai morrer”.....	23
Figura 11 – Pichação de ameaças de morte contra a prática de roubo dentro da comunidade são regras impostas pelas facções. “Se roubar leva bala”.....	23
Figura 12 – Pichação de ameaças contra a venda de drogas que não seja da facção são regras impostas pelas facções.....	24
Figura 13 – Frase escrita pela facção CV nas paredes dos bairros de Fortaleza. “vai morrer bandido, vai morrer polícia e o crime nunca vai acabar”.....	24
Figura 14 – Homicídio praticado em território dominado pela facção CV são consequências das regras impostas pelas facções. A pena capital.....	25
Figura 15 – Homicídio praticado em território dominado pela facção CV são consequências das regras impostas pelas facções. Nesta cena ainda podemos ver mais um registro do confronto das facções entre CV e GDE.....	25

## **Índice de Tabelas**

Tabela 01– Índice de mortes no Ceara em 2018.....	14
---	----

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 01 – Números de homicídios no mundo de 2000 a 2013.....	12
Gráfico 02 – Taxa de homicídios por regiões no Brasil.....	14

## Introdução

Este trabalho insere-se no âmbito do Mestrado em Ciência Política, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade de Lisboa e tem como objetivo estudar o crime organizado, principalmente seu poder por meio do fenómeno das facções criminosas que surgiram no Brasil, dentro de um contexto de violência e globalização. Globalização é aqui entendida como um fenómeno que explica o processo abrangente e complexo de formação do mundo contemporâneo, mundo este que está cada vez mais interligado, interdependente e integrado, constituindo uma verdadeira sociedade mundial e um grande mercado global, o que, certamente, tem tido reflexo em diversos aspetos relacionados à atividade humana, inclusive no mundo do crime organizado.

Há alguns anos, o Brasil passa por uma crise nas mais diversas áreas, inclusive e principalmente na segurança pública. As leis já não atendem mais seus objetivos, gerando uma sensação de impunidade e insegurança na população, os presídios, por todo o Brasil, estão superlotados e podem ser consideradas como escolas ou universidades do crime, onde os criminosos, de toda sorte, vivem um mundo paralelo. Tal crise não é de hoje, ela vem se agravando desde as últimas décadas do século passado, nos grandes centros urbanos e mais recentemente se expandiu por todo o território nacional. A realidade nas ruas e nos presídios são como duas faces da mesma moeda elas se refletem diretamente.

A sociedade é a maior prejudicada nesse cenário, já acostumada a tal violência. O cenário não é simples, pois ao mesmo tempo em que os cofres públicos são roubados por quadrilhas de “colarinho branco”, fato este que está a prejudicar as políticas e serviços públicos, a sociedade ainda sofre com os altos índices de criminalidade nas ruas, como homicídios, assaltos de todo tipo, estupro, extorsões, tráfico de drogas, tráfico de armas, e outros crimes comuns, que a cada dia crescem aceleradamente. Os praticantes dos mais variados atos de delinquência no Brasil vão desde pequenos criminosos até quadrilhas altamente especializadas, com alta sofisticação e até com grande poder de enfrentamento às ações repressivas por parte das autoridades policiais.

O Poder Executivo, por meio das polícias, está muito longe de controlar e dar conta de todas as atividades criminosas. O Poder Judiciário vive uma crise paralela e o Poder Legislativo continua a editar leis que são totalmente ineficazes e não melhora em nada o combate à criminalidade. A sensação é de uma crise de segurança pública que nos parece infundável, principalmente porque nota-se que esta crise é bem maior que

apenas na segurança pública, ela tem uma raiz histórica, cultural, social, econômica e política.

O Brasil, por ser um país continental, enfrenta grandes dificuldades geográficas para controlar a criminalidade e, para, além disto, temos uma corrupção sistêmica estabelecida tanto nas instituições públicas como nas privadas, um problema que precisa ser veementemente combatido, pois o mesmo acaba por influenciar e colaborar no crime organizado e na criminalidade como um todo. Acima de tudo é necessário analisar o problema de uma forma mais ampla, procurando perceber o que influencia o surgimento de novas facções criminosas, compreender como elas atuam e se relacionam entre si.

Essas organizações criminosas são bem estruturadas, surgem em uma situação de total ausência estatal e atuam em diversas frentes criminosas, como o tráfico internacional de drogas e de armas, que são sua maior fonte de renda. Elas fornecem uma estrutura para que outros crimes sejam cometidos, tais como homicídios, assaltos, extorsões e sequestros, entre outros crimes, gerando quadrilhas especializadas em diversas áreas, o que contribui significativamente para o aumento da violência. Os números de mortes violentas intencionais no Brasil são números de guerra.

Como vemos são muitas as razões que justificam a escolha do tema. No que concerne às razões de natureza científica, é importante ressaltar que muito se tem abordado e escrito sobre o fenômeno da violência urbana e da criminalidade, notadamente no Brasil, porque de fato trata-se de um problema social grave<sup>1</sup>.

Ainda, com relação à escolha do tema, no que se refere às razões de natureza pessoal e profissional é importante mencionar que, devido à minha formação acadêmica em Direito, tive uma relação com o Direito Penal e as Ciências Penais, quando integrei os quadros da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), como advogado criminalista, de 2009 a 2011. A partir de 2012 me liguei à segurança pública no desempenho da função de Inspetor de Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará - Brasil. Atualmente integro os quadros do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), com atuação profissional em locais de crime, bem como em diligências investigativas, e ainda, na execução de mandados, tendo um contato direto com as facções criminosas, suas áreas de domínio e seus membros.

Desta forma, neste trabalho, pretendo contribuir com uma perspectiva diferenciada, uma vez que, o tema possui uma profunda relação com a profissão e a

---

<sup>1</sup> A este propósito, veja-se, por exemplo, De Sousa, 2018; Amorim, 2011; Manso e Dias, 2018; Sowthwell, 2014.



realidade vivida por mim (aqui analisada e sistematizada à luz de teorias explicativas de fenómenos complexos e interdependentes como a globalização, a violência e o poder), ensejando a obtenção de dados e informações importantes e atualizadas sobre o tema que, certamente, facilitarão a compreensão do fenómeno. Por último, mas não menos importante, é o fato de ser brasileiro, um cidadão participativo com o dever de tornar a nossa sociedade mais justa e equilibrada, que acredita que um mundo melhor é possível, um mundo com menos violência e com menos desigualdade social.

Durkheim (2001 [1895]) afirma que o objeto de qualquer ciência é descobrir, o que desconcerta, sempre, mais ou menos as opiniões já estabelecidas. Chama ainda a importância de se desconfiar sempre das primeiras impressões. Defende o autor que se é comum que haja crimes em todas as sociedades, não é menos comum que eles sejam punidos, “se a dor é um fato normal é com a condição de não ser amada; se o crime é normal, é com a condição de odiado” (2001[1895], p.12).

Na senda de Durkheim, propomo-nos então a contribuir para a “descoberta” do poder das facções criminosas, partindo da seguinte questão de pesquisa: Que fatores estão na origem do poder das facções criminosas num mundo global? A partir desta, temos as seguintes questões derivadas: Qual a função dos presídios no poder exercido pelas facções criminosas? Quais os seus reflexos nas ruas?

Como objetivo geral vamos buscar entender o poder destas facções num contexto de globalização e de violência social urbana, estudar como elas surgiram, se estruturam e atuam, e ainda, de que forma elas contribuem para o aumento considerável da criminalidade e dos homicídios.

Para isto, como objetivos específicos, iremos estudar aspectos teóricos bem como a história do crime organizado, recolher os índices de violência do mundo, das Américas, do Brasil e do Estado do Ceará. Iremos também analisar como o poder é percebido por diferentes intervenientes ligados a este campo do poder (policiais, agentes prisionais e advogados). Estes são os principais aspectos que serão estudados ao longo de um processo de pesquisa e análise sistêmica de como as facções criminosas atuam no Brasil.

Weber (2003 [1917]) quando se propõe a responder qual o papel da ciência no mundo para a humanidade, ele coloca, primordialmente, que “a ciência põe naturalmente à nossa disposição, determinado número de conhecimentos que nos permite dominar tecnicamente a vida através da previsão, tanto naquilo que diz respeito a esfera das coisas exteriores quanto ao campo da atividade dos homens” (2003, p.32).

Em segundo plano, defende o autor que a ciência nos fornece métodos de pensamento, ou seja, os instrumentos e uma disciplina, e ainda apontando mais uma terceira função, ou papel, ele coloca que a ciência contribui para a “clareza” (Weber, 2003).

Segundo Santo (2015), a metodologia deve ser proposta de modo a melhor operacionalizar princípios, pressupostos e problemas basilares de investigação. Tem por objetivo entender a forma, o funcionamento e a elaboração do conhecimento científico, traçando um caminho de investigação apropriado e validado face aos resultados esperados.

A metodologia em ciências sociais corresponde ao estudo sistemático dos métodos, concretizados em diferentes técnicas validas e validadas permanentemente, métodos aqueles que devem ser planejados e apropriados aos objetos de análise de cada disciplina, em ordem à revisão permanente e crítica do conhecimento científico” (Santo, 2015, p13).

Nesta dissertação, para além da pesquisa bibliográfica e documental, sem as quais nenhum trabalho de natureza científica seria possível, (é a leitura crítica dessas diferentes perspectivas teóricas que possibilita a sistematização e teorização da nova realidade estudada), considerámos importante a recolha de dados de natureza qualitativa – são estes, pela sua proximidade com a empíria, que nos possibilitaram, a nosso ver, a tal compreensão a que nos propusemos desde o início.

No âmbito do estudo de caso (método selecionado), os dados de natureza qualitativa que privilegiámos foram a recolha e registro de imagens, depoimentos e arquivos diversos, tais como cartas e pichações que comprovam a existência e os métodos de atuação das facções, além de entrevistas semiestruturadas (amostra de conveniência)<sup>2</sup> e conversas informais com pessoas que participam de diferentes formas no fenómeno, tais como policiais, agentes prisioneiras advogados criminais<sup>3</sup> e ainda um levantamento de matérias jornalísticas referentes a acontecimentos importantes.

Nesta abordagem qualitativa ao fenómeno, a experiência do pesquisador será levada em conta, ainda que, neste caso, a principal preocupação tenha sido a de emergir da realidade e não a imersão numa nova realidade (de modo a garantir a objetividade

---

<sup>2</sup> Os sujeitos de pesquisa foram selecionados segundo uma amostra de conveniência – se, por um lado, estão envolvidos com o fenómeno a observar (ilustram um subgrupo), por outro, são acessíveis ao pesquisador (porque fazem parte, direta ou indiretamente, da esfera social do mesmo). Como já foi referido, o autor desta pesquisa está profissionalmente envolvido com este mundo, pela função que ocupa como Inspetor de Polícia Civil

<sup>3</sup> A perspetiva do policial será apresentada através da narrativa do Silva, a do agente prisional através da narrativa do Xavier e a do advogado criminal, através do Lopes (ver capítulo 2).

necessária a um trabalho desta natureza). A observação direta (participante e não participante) foi uma das técnicas utilizadas.

Em relação aos grupos analisados, as facções criminosas observadas inicialmente serão o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), por serem as duas maiores facções criminosas atuantes no Brasil, ambas originárias da região sudeste do Brasil, como também todo o sistema que envolve esta realidade, tais como o sistema carcerário, a polícia e outros órgãos de persecução penal (visão sistêmica – para que a facção criminosa, enquanto organização, possa ser compreendida nas suas múltiplas vertentes).

Concluiremos o estudo com a comprovação e o surgimento de outras facções no norte e o nordeste do País, notadamente os Guardiões do Estado (GDE), no Estado do Ceará, e faremos breve referência a outras facções importantes para o entendimento do cenário complexo. Também nesta fase, o recurso à estratégia de trabalho de campo será fundamental para a obtenção de dados relevantes para a pesquisa.

Podemos assim afirmar, desde já, que vemos reforçada a relevância do presente trabalho no âmbito social e político a nível de política criminal e segurança pública para entendermos os fenômenos do crime organizado, em especial as facções criminosas que atuam nos presídios e nas ruas das cidades brasileiras. Notamos que as ações desses grupos deixaram de ser pontuais, para serem cada vez mais planejadas, orquestradas e assumidas por facções que buscam poder financeiro e humano advindo de crimes como, por exemplo, o tráfico de drogas e armas.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo abordamos o tema da violência com apresentação de números recentes, seguimos com a apresentação de vários “retalhos” do quotidiano vivido e sentido no Brasil – notícias que saíram nos jornais e deixaram todos chocados, um exemplo de uma carta da autoria dos Guardiões do Estado dirigida para o Estado Brasileiro, percepções-várias de pessoas ligadas ao fenómeno em estudo (perspetivas “de dentro”) e os “recados” deixados nas paredes das ruas – pichação. Finalizamos com uma revisão da literatura sobre a violência como fenómeno social. No segundo capítulo tratamos do assunto do crime organizado e do surgimento destas facções criminosas em um contexto histórico, social, cultural, jurídico, económico e político, e também, uma revisão da literatura acerca da globalização. No terceiro capítulo discorremos sobre o poder, por meio de uma revisão da literatura, buscando assim formar uma base empírica e teórica, ao mesmo tempo e

em paralelo, proporcionando uma melhor compreensão do fenómeno em questão – o poder das facções criminosas.

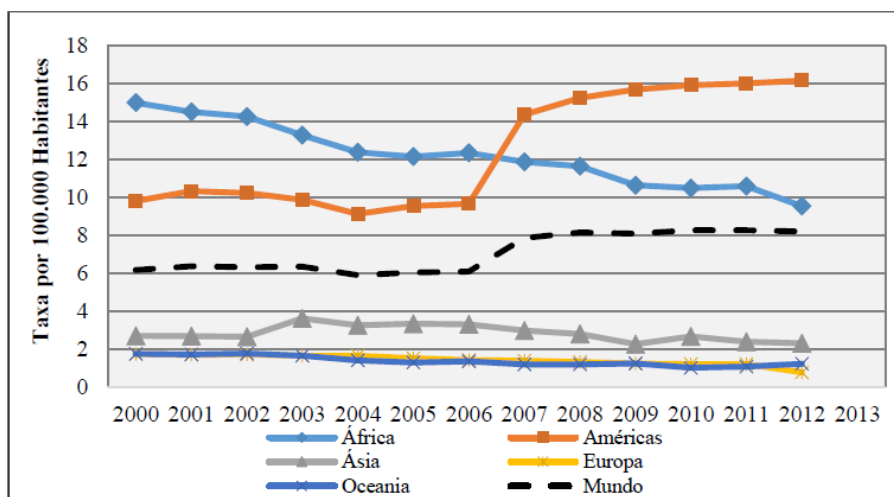
# Capítulo 1 – O cenário: a violência no Brasil

O objetivo deste capítulo é, não só o de apresentar os números da violência no Brasil (comparativamente a outras realidades), como também, e fundamentalmente, o de proporcionar ao leitor “sensação de imersão” na realidade brasileira. É uma tentativa, esperamos que conseguida, de *imaginar* a violência vivida e sentida pelos diversos atores por nós selecionados. Acreditamos que, desta forma, podemos demonstrar de uma maneira mais verídica possível o problema.

## 1.1 A violência em números<sup>4</sup>

Analizamos os dados dos estudos realizados ultimamente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que se baseia em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) e das Organizações das Nações Unidas (ONU), bem como um estudo do Mapa da Violência, dados das Secretarias Estaduais do Estado do Ceará ligadas a Segurança Pública e Justiça, e ainda dados de fontes como portal de notícias da Rede Globo, G1.

Gráfico 01 – Números de homicídios no mundo de 2000 a 2013.



Fonte: Atlas da Violência de 2018

Começamos esta caracterização com os números de homicídios no mundo, segundo o Atlas da Violência de 2018, (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) que se baseia nos dados do ano de 2017 fornecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial da Saúde (OMS). A figura acima mostra a evolução

<sup>4</sup>Para mais informações, ver anexo C

histórica dos homicídios entre os anos 2000 e 2013. Nota-se que os números dos homicídios nas Américas são muito superiores ao do resto do mundo e o Brasil é um dos grandes responsáveis por esses números, percebe-se que no ano 2007 há um salto nos índices apresentados que coincidem com a inclusão dos números do Brasil nas taxas da ONU. A figura abaixo mostra uma comparação dos números de homicídios do Brasil com outros países do mundo.

Figura 01 – Números de homicídios no Brasil e no mundo 2017.

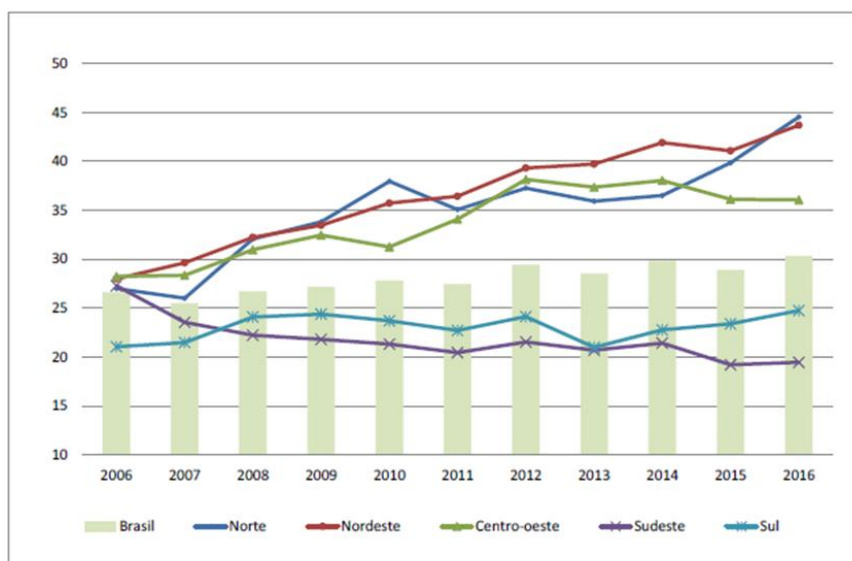


Fonte: Atlas da Violência (G1)

O Atlas da Violência de 2018 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) aponta que os números de homicídios no Brasil são números de guerra. Em 2016, o País registrou um número histórico, onde morreram mais de 62 mil e 517 pessoas o que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes. Esta taxa é 30 vezes maior do que os da Europa. Em 2017, morreram de 63 mil 880 pessoas e apenas nos últimos 10 anos morreram 553 mil pessoas por morte violenta intencional.

Quando se compara as regiões do Brasil nota-se uma variação nas diversas regiões, sendo os números do Norte e Nordeste, que são historicamente menos desenvolvidos, bem maiores em relação às outras regiões. A região Centro-Oeste fica um pouco abaixo do Norte e Nordeste e com as menores taxas ficam as regiões Sul e Sudeste, conforme demonstra gráfico a seguir.

Gráfico 02: Taxa de homicídios por regiões no Brasil



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Em 2016, no Estado do Ceará, os números de homicídios foram 3.407 segundo os dados fornecidos pela Secretária de Segurança Pública e Defesa Social do Estado Ceará. Atualmente, no estado, os números de homicídios são os maiores do Brasil em números absolutos. Em 2017, os números dos órgãos oficiais do Ceará registraram índices recordes, foram 5.133 homicídios, com um aumento em torno de 50% em todo estado. Na capital, Fortaleza, houve um aumento de 100% (ver tabela 05, 06 em anexos).

Tabela 01

Tabela: Número de vítimas no Ceará em 2018

Mês	CVLI	Ocorrido em Unidade Prisional	Intervenção Policial*
Janeiro	482	14	25
Fevereiro	361	1	23
Março	414	4	17
Abril	367	2	23
Maio	372	2	20
Junho	384	5	11
Julho	378	4	20
Agosto	-	-	-
Setembro	-	-	-
Outubro	-	-	-
Novembro	-	-	-
Dezembro	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.758</b>	<b>32</b>	<b>139</b>

Fonte: SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS

Em 2018, o ano se mostra igualmente violento como o último, em uma contagem até o mês de julho os números (tabela 01) se mostram em equivalência com o ano de 2017, demonstrando que não houve, até o momento, nenhuma melhora significativa.

Muitos destes índices de criminalidade estão ligados as facções criminosas e suas atuações. A cidade de Fortaleza, em 2017, foi a segunda capital mais perigosa do País, com taxa de 77,3 por 100 mil habitantes, enquanto o índice nacional foi de 34 e o estado do Ceará, 59,1 por 100 mil habitantes.

Outro ponto constatado pelo Atlas da Violência de 2018 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), sem muita surpresa, foi de que as mortes de jovens são bem maiores em relação às outras faixas etárias. A juventude perdida é um problema de primeira importância a ser abordado no caminho do desenvolvimento social de um País e os números destes homicídios têm aumentado numa taxa maior nos estados das regiões Norte e Nordeste. (ver tabela 03 em anexos)

Um outro ponto analisado no Atlas da Violência de 2018 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública), são as mortes das pessoas relacionadas com raça, cor ou etnia. A análise mostrou que as mortes de pessoas não negras diminuíram 6,8%, enquanto as mortes de pessoas negras aumentaram 23,1%. Os dados apontam que 75,1 % das pessoas que são assassinadas no Brasil são pretas ou pardas. Constatou-se ainda o aumento dos homicídios contra mulheres, o chamado feminicídio. (ver tabela 07)

O Atlas da Violência de 2018 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) também faz menção a importância do controle de armas de fogo, relatando que entre 1980 e 2016, 910 mil pessoas foram mortas por arma de fogo indicando um crescimento dos percentuais de 40% para 70%. É importante observar que este percentual veio a se estabilizar em 70% com advento do Estatuto do Desarmamento em 2003, mantendo este percentual até os dias de hoje (ver tabela 04 em anexos).

Outro índice de violência que reflete bem a guerra urbana que o Brasil vive são as mortes por intervenção policial e a morte de policiais. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2017, enquanto 367 policiais foram mortos, 5.144 mortes foram registradas por intervenção policial, representando um aumento de 20% em relação ao ano anterior. No Estado do Ceará, nos últimos três anos, já ocorreram 409 mortes com intervenção da polícia, segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado Ceará, apresentando um aumento de 47% entre 2016 e 2017.



O problema da superlotação existente nos presídios, como é óbvio, é devido ao alto índice de criminalidade e de violência conforme indicam claramente números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em 2016, eram 729.463 brasileiros presos cumprindo pena ou aguardando julgamento, enquanto existiam somente 367.217 vagas, sendo, portanto, uma média de dois detentos para cada vaga. Um sistema claramente superlotado e falido.

De acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Justiça do Estado de Ceará, com última atualização em julho de 2018, são 15.907 presos no estado, distribuídos em diversas unidades prisionais, enquanto existem 9.736 vagas, representando um déficit de 6.171 vagas e uma proporção de 1,6 presos por vaga, um pouco inferior àquela de 2016 apresentada pelo país. Segundo os dados fornecidos pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará, nos três últimos anos morreram 130 detentos dentro das dependências das unidades prisionais.

Em suma os números dos crimes violentos no Brasil são assustadores, mais de 60 mil homicídios por ano, dos quais o estado do Ceará contribui com mais de 5 mil, são mais de 700 mil pessoas encarceradas por todo o país, formando um cenário caótico que nos parece totalmente fora de controle.

É este o cenário “caótico e totalmente fora do controle” que, através de uma seleção por tipicidade de vários acontecimentos (“episódios marcantes”), meios (a carta, as paredes) e vivências (“perspetivas-várias” do crime), procuramos aqui, da forma possível a recriar para o leitor com o máximo de proximidade da realidade. Chamemos-lhes, de forma simplista, de “recortes”, “fragmentos” ou mesmo “retalhos” do quotidiano de alguns ou de muitos brasileiros.

## **1.2 O Brasil real, de perto e de dentro**

### **1.2.1 Episódios marcantes**

“Parecia um filme”

O mês de janeiro de 2018 registrou um crime chocante para qualquer pessoa comum. Uma chacina em que 14 pessoas foram mortas numa festa, segundo os números oficiais. Era um baile funk, um estilo musical oriundo das favelas do estado do Rio de Janeiro, frequentado por bandidos num bairro da periferia de Fortaleza, a capital

cearense. Vários criminosos armados invadiram a festa e começaram a atirar em todos ao mesmo tempo, assim acabaram cometendo a maior chacina da história do Ceará e uma das maiores do País. Mas esta foi só mais uma chacina dentre várias que têm ocorrido nos últimos anos no estado do Ceará.

Nos meios de comunicação tradicionais o crime foi amplamente divulgado, e em matéria do Portal G1, um morador que presenciou o fato e que teme ser identificado, relatou que os suspeitos estavam armados com pistolas e fuzis, usando balaclavas; “Parecia um filme. Muito tiro e depois quando deixaram o local, eles ainda cantaram uma música de uma facção criminosa e atiraram para o alto”. Um sobrevivente no momento do crime relatou; “Está muito horrível, muito horrível mesmo, muita gente baleada no chão”. O governador se pronunciou e disse que foi um “ato selvagem e de barbárie”. Ele determinou rigor nas investigações para que este tipo de barbárie não ficasse impune.

#### “Morte cinematográfica”

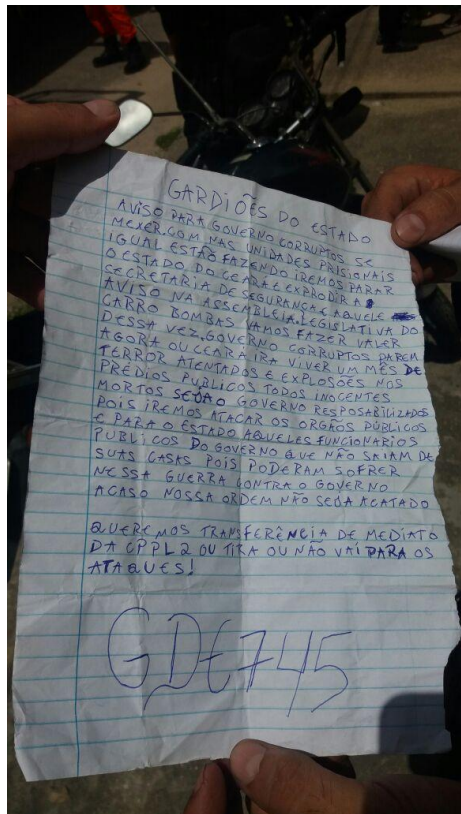
A morte cinematográfica de membros ligados a alta cúpula do Primeiro Comando da Capital (PCC), conhecidos como “Gege” e “Paca”, no Ceará, foi noticiada em vários veículos de comunicação. Eles foram mortos com apoio de um helicóptero (Ver anexo A). A aeronave foi comprada por “Cabelo Duro”, outro integrante da facção, e avaliada em R\$3 milhões. A presença no Ceará de alguns membros da alta cúpula das facções criminosas que atuam em todo o território nacional se comprovou com este crime, que demonstrou, indubitavelmente, o interesse dessas facções em se estabelecer no estado e, além de mostrar como o crime organizado é capaz de cometer seus crimes mirabolantes, ainda mostrou como eles viviam tranquilamente como se fossem grandes empresários convivendo em meio à sociedade, morando em condomínios de luxo.

Em entrevista ao Portal G1, o Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará, na época do crime relatou:

Eles foram de helicóptero até o local do crime duas vezes. Na primeira o piloto foi com 5 executores, às 9:28. Os executores ficaram no local e o piloto voltou com o Cabelo Duro ao hangar. Depois, às 9:50, eles decolaram e pegaram o Gegê e o Paca em outro lugar, ainda desconhecido e levaram os dois até uma área indígena, onde eles foram assassinados a tiros pelos executores.

## 1.2.2 A carta como aviso ao Governo

Figura 02– Carta de ameaça. (foto tirada por agentes penitenciários)



### GUARDIÕES DO ESTADO

“Aviso para o Governo corrupto: se mexer com as unidades prisionais igual estão fazendo, iremos parar o estado do Ceará e explodir a Secretaria de Segurança e aquele aviso na Assembleia Legislativa do carro bomba vamos fazer valer. Dessa vez, Governo corrupto, parem agora ou o Ceará irá viver um mês de terror, atentados e explosões nos prédios públicos, todos inocentes mortos serão o governo responsabilizado, pois iremos atacar os órgãos públicos e parar o estado, aqueles funcionários públicos do governo que não saiam de casa, pois poderão sofrer nessa guerra contra o governo acaso nossa ordem não seja acatada”  
GDE 745

GDE (Guardiões do Estado) é uma facção criminosa genuinamente cearense que nasceu e atua dentro do sistema penitenciário, assim como nas ruas, e o numeral 745 faz referência à posição numérica das iniciais da facção no alfabeto; esta carta foi encontrada dentro do sistema prisional do Ceará; é atribuída à cúpula ou conselho final da facção que, assim como as outras facções, se utiliza dos diversos meios de comunicação para executar seus planos e suas ações criminosas.

Mas as cartas não são o único meio de comunicação utilizado pelos membros da facção (quer estejam dentro ou fora do presídio). A “pichação”, em paredes das celas ou em paredes do exterior são também formas de transmissão de informações, para “quem sabe ler os muros” (formas de apropriação do espaço, marca e avisa quem é o

“dono daquele território”) e de ameaças, muitas vezes concretizadas (como teremos oportunidade de ver nas imagens finais). É o ato último da violência, a sua *performance* levada ao extremo.

### 1.2.3 Das Paredes aos Atos - “São regras e regras são para cumprir!”<sup>5</sup>

Neste tópico será feito um estudo por meio de imagens recolhidas na cidade de Fortaleza nos anos de 2017 e 2018, são imagens de pichações que comprovam a presença de membros das facções dentro do sistema carcerário que começa nas celas das delegacias de polícia até os presídios, e ainda imagens das ruas dos territórios dominados pelas facções criminosas comprovando sua presença na área bem como a guerra que se instalou entre as facções. Esta relação Rua-Presídio é de extrema importância para a compreensão da dimensão da violência do fenómeno (como veremos no capítulo seguinte).

Figura 03 – Sigla do PCC nas paredes de uma cela, o número 1533 faz referência a posição numérica das letras no alfabeto, indicando presença de membros da facção neste lugar.



<sup>5</sup> Alertamos desde já para a violência de algumas das imagens.

Figura 04 - Sigla do CV nas paredes de uma cela junto com nome de um bairro de Fortaleza, indicando presença de membros da facção neste lugar



Figura 05 - Sigla da GDE nas paredes de uma cela junto com nome de alguns bairros de Fortaleza, indicando presença de membros da facção neste lugar e nos bairros citados.

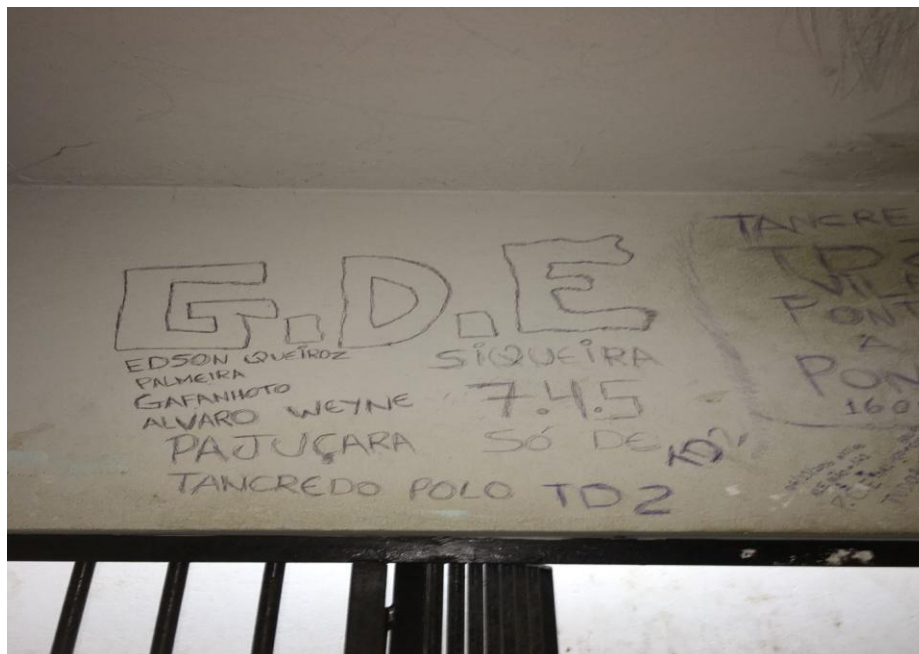




Figura 06 - Sigla do CV junto com sigla da FDN nas paredes de um bairro de Fortaleza, indicando além da presença das facções no local uma união entre as duas facções com a frase atribuída a facção “É o trem bala”.



Figura 07 - Sigla do PCC nas paredes de um bairro de Fortaleza, indicando sua presença no local e também uma expressão atribuída a facção GDE, “td3”, indicando a aliança entre as facções.



Figura 08- Sigla da GDE nas paredes de um bairro de Fortaleza, indicando sua presença no local, e ainda uma frase difundida pelo grupo “o certo pelo certo e o errado é cobrado”.

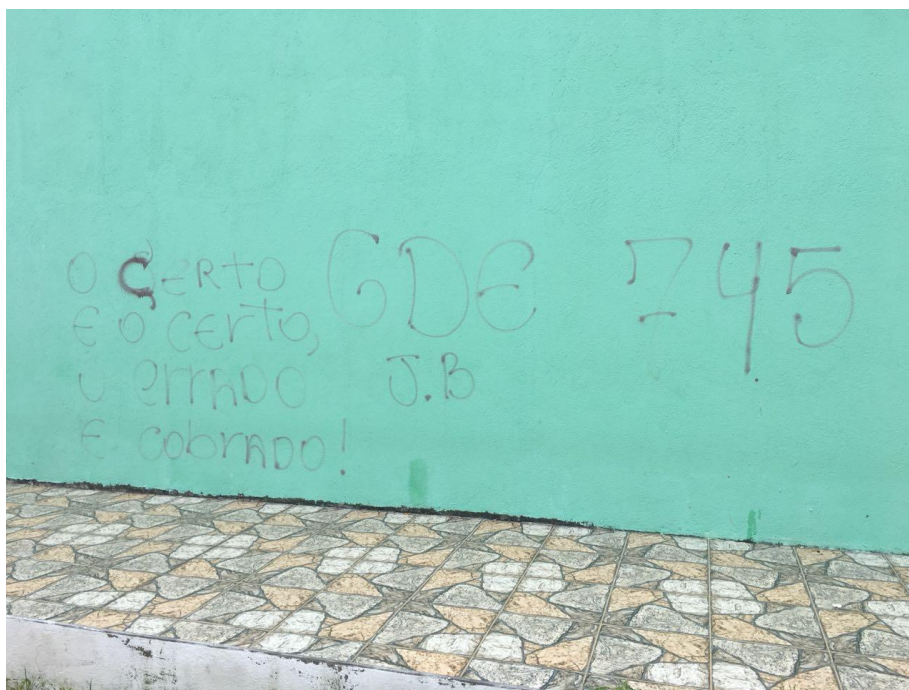


Figura 09 - Siglas de uma facção se impondo sobre a outra indicando a guerra local, no caso entre CV que dominou um antigo território da GDE.





Figura 10 - Pichação de ameaças de morte contra a prática de roubo dentro da comunidade são regras impostas pelas facções. “Se roubar cidadão na favela vai morrer”

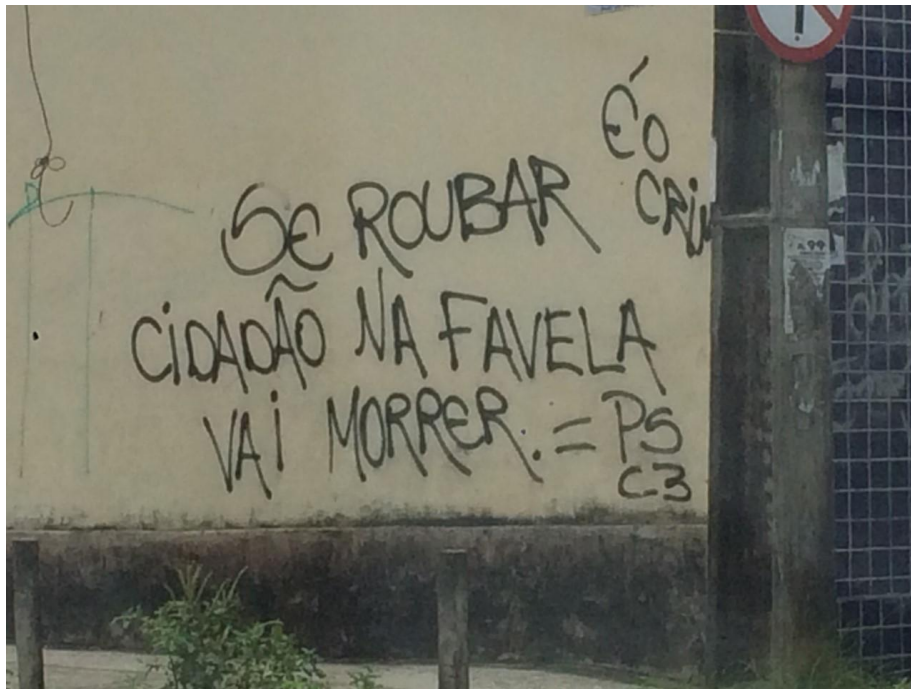


Figura 11- Pichação de ameaças de morte contra a prática de roubo dentro da comunidade são regras impostas pelas facções. “Se roubar leva bala”.





Figura 12- Pichação de ameaças contra a venda de drogas que não seja da facção, são regras impostas pelas facções.



Figura 13–Frase escrita pela facção CV nas paredes dos bairros de Fortaleza. “vai morrer bandido, vai morrer polícia e o crime nunca vai acabar”



Figura 14– Homicídio praticado em território dominado pela facção CV são consequências das regras impostas pelas facções. A pena capital.



Figura 15– Homicídio praticado em território dominado pela facção CV são consequências das regras impostas pelas facções. Nesta cena ainda podemos ver mais um registro do confronto das facções entre CV e GDE.



Temos a consciência de que as duas últimas imagens são especialmente chocantes. Desnecessário? Do nosso ponto de vista, é importante para que se compreenda a dimensão da violência nas ruas das cidades que muitos de nós, que ali vivemos, percorremos. Se para si é chocante, imagine para o autor deste texto, para um Lopes (advogado criminal), um Silva (policial), um Xavier (agente penitenciário), os seus familiares, amigos, outros anónimos – em comum: viver e lidar com a presença, nem sempre silenciosa, de uma violência não só imaginada como real.

No tópico seguinte, apresentamos então três narrativas que resultam das entrevistas semi-estruturadas por nós realizadas. São o testemunho e a reflexão de quem, pela profissão que desempenha, nos dá uma “outra-visão-próxima” do fenómeno.

#### **1.2.4 Perspectivas-várias do crime, das facções criminosas e do poder (ver guião de entrevista em apêndice)**

##### **O advogado criminal<sup>6</sup>**

Lopes, 37 anos, casado, pai de um filho de 4 anos, exerce advocacia há cerca de 10 anos. Por influência do pai, que muito admira, acabou a atuar na área criminal. Os sentimentos são ambíguos: por um lado, é uma profissão fascinante e essencial para quem acredita no valor da justiça, como é o seu caso, por outro, é muito exigente, especialmente no plano pessoal. Há um risco elevado de a sua atuação pública ter consequências na esfera da vida privada.

O advogado hoje mais que nunca precisa ter muita cautela na sua atividade profissional e responsabilidade com a função que exerce...quando comecei advogar em 2008 não existiam facções, elas vieram realmente a despontar no cenário estadual a partir de 2012, 2013, e cada vez mais nos últimos anos elas crescem e se fortalecem. A função do advogado é exercer com responsabilidade e com honestidade sendo seu cliente faccionado ou não. Advocacia continua sendo uma função essencial na busca da justiça.

É curioso que para este advogado criminal, agente da lei e da ordem, o “poder é uma situação que se vê necessária para que se faça e para que se possa manter

---

<sup>6</sup> Atendendo à susceptibilidade do fenómeno em estudo e às considerações de natureza ética, intrínsecas a qualquer pesquisa científica, optámos por atribuir nomes fictícios aos entrevistados e por alterar algumas informações que não têm implicações na leitura e compreensão da situação (por exemplo, o nome ou a idade dos filhos, quando os há). Foi a forma que encontramos de garantir o anonimato e a confidencialidade dos mesmos. O importante aqui é a experiência e a perspetiva de um advogado, de um policial e de um agente penitenciário que lidam com o fenómeno no seu quotidiano.



determinado tipo de controle, determinado tipo de ordem”, mesmo quando estamos a falar de facções criminosas, tantas vezes observadas do ponto de vista da desorganização e do contágio sociais, comunidades destituídas de valores e de humanidade<sup>7</sup>. Lopes chega mesmo a afirmar que quando a ordem do Estado falha, as sociedades reinventam-se ao ponto de criarem uma “nova ordem”, ou uma “outra ordem”.

Aonde o Estado não chega e não tem determinado tipo de autonomia para impor a ordem estatal, as pessoas que já eram vinculadas ao mundo do crime acabaram se organizando e essas organizações criaram forças tão grandes que trouxeram um poder muito forte pra eles no sentido manter e de prolongar a esfera criminal, de se reinventar e poder praticar diversos tipos de crimes, a criminalidade que era antes circunscritas em bairros acabou se vinculando as facções maiores e mais organizadas, que são conhecidas hoje em todo nosso estado.

Na sua perspectiva, as causas do poder das facções não são somente o tráfico de drogas e de armas, mas sim a pobreza, a falta do Estado, a falta de educação, a falta de saúde e de lazer – foi este *terreno* vazio de direitos, vazio de expectativas que potenciou o crescimento e fortalecimento das facções.

As facções herdaram uma estrutura que já existia. Elas já começaram em cima de uma rede de criminosos de bairros que eram principalmente os traficantes [...] então as facções tiveram um facilitador que foi a pobreza e a falta de perspectiva da população, a nossa população no Estado do Ceara é uma população muito carente, e não vislumbra nenhuma mudança na realidade social, observa que através das facções e as pessoas que nela se envolvem acabam tendo uma condição financeira melhor em função dos ilícitos por eles praticados, a facção se originou da pobreza, da falta do Estado, da falta de educação, da falta de saúde, lazer... ela encontrou um terreno fértil para implantar as suas doutrinas e os seus entendimentos, e através disso obteve um crescimento muito rápido.

Lopes acredita que as facções ao terem ganhado escala, do local para o nacional, foi necessário, por parte das facções, uma organização mais complexa, o que, por sua vez, proporcionou o seu fortalecimento frente ao Estado.

As facções hoje estão bem organizadas, pois existe uma hierarquia de cima para baixo, com exceção da facção local, as outras são facções nacionais, que provavelmente foram iniciadas no Ceara por detentos que vieram de outros estados e aqui fizeram também esse recrutamento e a partir daí foram criados os critérios para a escolha dos conselhos das facções, critérios para escolha dos membros desses conselhos, e esses membros que são criminosos passam a batizar

---

<sup>7</sup>A Teoria Ecológica, associada à Escola de Chicago e aos estudos de sociólogos como Park, Shaw e Burgess será discutida no capítulo 2.

outros criminosos então, hoje, a cidade está dividida praticamente em territórios de cada facção em determinado local e elas são extremamente organizadas e controladas por esses conselhos, com atribuições bem definidas e sempre com aprovação dos conselhos, as facções podem ter algumas diferenças mas no geral sempre objetivam o seu fortalecimento e união.

Ainda a propósito da organização destes grupos, chama a atenção para o crescente envolvimento de mulheres no crime e nestas facções, “geralmente levadas por seus familiares, irmãos, maridos, primos”.

À questão “Você imagina um Brasil sem facções?”, responde, com certa tristeza no olhar, que “atualmente não vislumbra essa realidade, não”. Para que isso acontecesse, o Brasil teria de assistir a mudanças sociais profundas, “onde o próprio estado volte a crescer na parte econômica, na geração de emprego e na expectativa do próprio brasileiro de viver de forma honesta e consiga trabalhar e sustentar sua família”.

### **O policial**

Silva é um policial preparado. Aos 41 anos, nascido no estado Pará, é divorciado e tem um filho pequeno. Em oito anos de profissão pôde conviver com realidades que apesar de próximas, são completamente diferentes, no entanto parecidas no que tange as armas. Trabalhou no Exército Brasileiro, na Polícia Militar e atualmente é Policial Civil. No Brasil, existem dois tipos de polícia: a militar que tem um caráter mais ostensivo, enquanto que a civil é caracterizada pela investigação.

Apesar de ter graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Ceará, foi a vocação que o chamou para a profissão, não o dinheiro. É com muito cuidado que o policial fala do seu dia-a-dia, “além de combater, nós também somos alvos direto, temos que ter muito cuidado com nossos familiares para não envolvê-los de forma alguma”. A estrutura organizacional das facções deixa-o em estado de alerta constante, já que na medida em que os bandidos são presos por policiais, esses possuem capacidade suficiente para chegar até os agentes da lei em uma tentativa de neutralizá-los.

O policial enxerga o poder como “a habilidade de você exercer sua vontade sobre os outros e fazer com que suas ideias sejam colocadas ou impostas”, e é essa definição que se aplica às facções criminosas dentro do estado do Ceará.

A partir de uma visão panorâmica do que seja o poder, quando um ser humano mediano o conhece, as facções radicalizam ainda mais. Assim como o poder é colocado para fazer com que as pessoas aceitem suas ideias e seus conceitos, ele

também é imposto, só que através de um poder de convencimento quando você tem um domínio da ideia<sup>8</sup>. As facções utilizam primeiramente o convencimento através de uma ideia ou até uma ideologia para depois partirem para a violência na sua forma mais primitiva. Um exemplo é o caso da GDE que quando não consegue exercer o poder pela forma do convencimento, a violência é totalmente legitimada e isso faz parte da estrutura de poder deles.

Para um jovem brasileiro, pobre, sem escolaridade, a falta de políticas públicas e a ausência de pertencer a um grupo, é apontada como principal motivo para tamanho poder das facções criminosas. Silva relembra que desde o início dos tempos, o ser humano tem a necessidade de se organizar e pertencer a algum grupo. Nos anos 1990, essa organização era dominada pelas torcidas organizadas de time de futebol, onde “existia uma vertente da violência, mas de uma forma mais contida”. Assim, quando as torcidas organizadas de time de futebol foram suplantadas pelas facções criminosas, essas preencheram a lacuna de pertencimento a algum grupo e o sentimento de acolhimento.

Além deles pertencerem a algo onde não tem que dar satisfação a ninguém, eles também passaram a exercer o poder e a colocar a vontade deles de uma forma bem mais agressiva, bem mais efetiva. Isso é o que seduz os jovens e é o foco do poder das facções criminosas. Elas suprem essa necessidade de pertencer a algum grupo e canalizam através da violência. É um grupo de 15 ou 20 pessoas com um fim principal que é o lucro e o dinheiro.

O policial explica que as facções têm cúpulas e uma estrutura organizacional bem definida. “Para o nível de educação e de cultura até surpreende como eles são organizados”, afirma. A cúpula é formada por 12 a 15 conselheiros que são responsáveis pela organização, onde uma estrutura de pirâmide é montada e existem soldados, os que organizam os soldados e os que cooptam mais soldados, sendo o alvo principal os jovens.

A diferença das facções é relatada por Silva, “vamos para duas facções que dominam o estado do Ceará. Vamos falar do CV e da GDE; eu já trabalhei em áreas que as duas facções se confrontam e a gente combateu as duas”. Ele conta que o Comando Vermelho (CV), oriundo do Rio de Janeiro, é um pouco mais organizado, mais disciplinado e mais rígido na seleção dos seus membros.

---

<sup>8</sup> A Teoria do Hard Power e Soft Power será discutida da no capítulo 4.

O CV não aceita estuprador, eles têm uma caixinha por mês, em que os membros colaboram para ajudar os irmãos que estão em situação de cadeia. Eles são mais rígidos nesse sentido, estão em ligeira vantagem pelo menos até o momento com relação ao apoio da organização nacional e tem acesso mais fácil a armamento mais pesado.

Os Guardiões do Estado (GDE) crescem com o passar do tempo, afirma Silva, e as regras não são tão rígidas, “eles, às vezes, aceitam qualquer um, eles aceitam menores, até crianças de 12 anos; tem suspeitas de que aceitem até pessoas com históricos de crimes sexuais, de uma forma velada”. O principal agravante talvez seja o assessoramento do Primeiro Comando da Capital (PCC), oriundo de São Paulo, que colaboram com a organização, “então quando eles atingirem o mesmo nível de organização do CV eles vão superar, porque em número eles já superam, o que o CV tem de vantagem é que tem uma estrutura melhor e mais definida”.

Ao ser questionado sobre um Brasil sem facções, Silva esmorece e categoricamente afirma:

Na atual conjuntura as facções são fenômenos incontrolláveis por conta da miséria, do abandono, da corrupção e de tudo que não presta que está acontecendo no País atualmente. Não se consegue extinguir a necessidade dos jovens de exteriorizarem a sua agressividade e se fazerem notados pela sociedade, pela família e pelos seus parceiros. Eles têm uma vontade de ascensão social, e então veem que os membros da cúpula das facções moram em apartamentos em bairros bons e tem carros importados nas suas garagens. Como eu não vejo em médio prazo ou longo prazo alguma medida para que se acabe com isso, a existência da facção é a faz parte do Estado brasileiro, falido como é hoje.

O Estado também falha na preparação dos policiais, afirma Silva, quando questionado sobre sua formação e preparação. A experiência que carrega garante que “nenhuma das formações foi suficiente para preparar a gente para um cenário de guerra, e o aparato que o Estado nos fornece é insuficiente e não adequado para o policial combater o crime”.

Silva lamenta com muita tristeza que embora hoje alguns consigam trabalhar por 20 anos como policial “infelizmente, por conta de uma falta de preparo e estrutura fornecida pelo Estado, alguns colegas tombam no meio desse caminho e acabam perdendo suas vidas”.

## O agente penitenciário

Xavier tem 37 anos, é solteiro e não tem filhos. No começo de sua carreira profissional foi advogado criminal até passar em um concurso público para agente penitenciário no Estado do Ceará, inicialmente ele não queria esta profissão, porém já está se acostumando e gostando da tarefa e já pensa em seguir a carreira. Em um ano exercendo a nova profissão, trabalhando dentro de um Complexo Prisional em regime de plantão, já aprendeu que o lema principal em seu local de trabalho é a cautela.

Acho que a cautela seria a palavra principal nesta profissão, não podemos nos exaltar, temos também que observar a discrição, trabalhando, tentando preservar nossa identidade o máximo possível, porque eles estão lá, procurando saber onde moramos e quem somos. Existem muitas ameaças e temos que nos prevenir quanto a isso.

Para o profissional, as penitenciárias são lugares ideais para observar a relação de poder entre as diferentes facções criminosas. Ele entende que o poder se constitui na “capacidade de você impor a sua vontade sem que as outras pessoas possam desobedecer, sendo exercido de forma moral ou física”. A partir de uma observação peculiar, apesar do pouco tempo de profissão, foi capaz de aprender como as facções se constituem dentro e fora das prisões.

Numa facção, pelo que já aprendi, tem vários níveis de chefes, partindo de uma chefia maior. Existem as sintonias ou conselhos, que são os grupos de bairros ou outros grupos específicos, tem ainda os consultores, até chegar ao baixo escalão, onde estão os soldados. Existem ainda grupos que apenas fazem parte, os matadores e por aí vai, com a facilidade de comunicação por celulares e usando redes sociais eles se comunicam muito rápido, é impressionante<sup>9</sup>. Resumindo, são grupos organizados em cadeias ou redes, em vários níveis hierárquicos de poder.

O poder das facções criminosas, em sua concepção, se institui também na sociedade em geral, já que tanto as comunidades que essas facções dominam quanto a própria população são obrigadas a aceitarem suas regras. “As facções têm um poder, um poder criminoso e social ao mesmo tempo, isso é claro”. Ao ser questionado de onde ele imagina que venha o poder dessas facções, Xavier acredita que seja de várias formas e fontes. Como por exemplo, a violência física, os homicídios com o intuito de se manter

---

<sup>9</sup> Teoria da Sociedade em Rede de Manuel Castells será discutida no capítulo 3.



no controle, os assaltos e o tráfico internacional de drogas que geram muito lucro e consequentemente o poder.

É neste cenário que os jovens acabam sendo os grandes prejudicados pela violência. A falta de uma estrutura familiar é apontada pelo agente penitenciário como a principal causa para que tantos garotos entrem no crime.

Nós vemos que muitos garotos jovens entram nas facções como uma forma de entrar em uma família, muitos deles tem a sua família desestruturada, às vezes moram em barracos sem condições nenhuma de ter uma vida digna. Por isso, eles acabam entrando numa facção como forma de se sentir parte de alguma coisa maior, de serem acolhidos por alguém, a partir daí eles começam a se sentir mais importantes e poderosos.

Perguntado sobre a organização e a dinâmica das facções, Xavier enumerou três grandes grupos: o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e os Guardiões do Estado (GDE).

Podemos observar que o PCC por se tratar de uma facção mais organizada acaba recrutando pessoas com um nível de inteligência maior e usam menos da violência. Enquanto que o CV e GDE acabam recrutando de forma mais desorganizada as pessoas, pegando qualquer um que eles acham que podem somar, sem critérios, eles usam bastante da violência.

O agente penitenciário finaliza com um sentimento pessimista em relação ao combate às facções no Brasil. “É difícil imaginar nosso País sem facções”. A seu ver, os grupos só crescem, ganhando mais poder no território nacional e nos países sul-americanos. “Não consigo ver um final feliz, pois não vejo nenhuma medida efetiva por parte do Estado para reverter esse quadro”.

Antes de passarmos ao segundo capítulo desta dissertação, onde nos propomos à compreensão da evolução, da organização e relação com o poder das facções no Brasil, propomos a emergência deste cenário concreto de violência, para um cenário de reflexão teórica em torno da mesma, em torno da violência como um fenómeno social.

### **1.3 A violência como um fenómeno social**

Pinker (2011) observa que a violência é inerente ao ser humano e vem desde os nossos ancestrais. Quando aborda a lógica da violência aplicada a indivíduos de uma

espécie inteligente que se defrontam com outros membros da mesma espécie, no caso os homens, o autor cita Hobbes.

A lógica do Leviatã pode ser resumida em um triângulo. Em cada ato de violência há três partes interessadas: o agressor, a vítima e um observador. Cada um tem um motivo para a violência: o agressor, preda a vítima; a vítima, retaliar; o observador, minimizar os danos colaterais da luta dos dois. A violência entre os combatentes pode ser chamada de guerra; a violência pelo observador contra os combatentes pode ser chamada de lei (2011, p.72).

Bobbio, Matteuci e Pasquino (1998) definem a violência como sendo a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo. Observam os autores que a violência pode ser direta ou indireta, sendo a direta operando diretamente no corpo físico e a indireta operando no ambiente. “Entendido no sentido puramente descritivo, o termo violência pode considerar-se substancialmente sinônimo de força” (1998, p.1292).

Quando vamos estudar a violência e a criminalidade nas grandes cidades, é fundamental que façamos uma base teórica relacionada à Escola de Chicago, pois, foi onde surgiram as primeiras teorias e estudos relacionados ao fenômeno da criminalidade urbana. Catão e Pereira (2015) afirmam que a Escola de Chicago tinha uma preocupação especial em realizar suas pesquisas por meio de uma abordagem formal e sistemática usando a coleta de dados para a produção de uma sociologia de natureza científica. “De modo que o trabalho de campo, o estudo empírico e a observação direta dos fatos eram indispensáveis para a formulação de suas teorias” (2015, p.134).

Os autores defendem que Escola de Chicago tinha como assuntos de grande interesse a urbanização, o crime, a juventude e a família, e para isto seus sociólogos realizavam estudos trazendo contribuições de diversas áreas, com o objetivo de promover uma integração entre as áreas do saber, compondo uma sociologia com aspectos de interdisciplinaridade (Catão e Pereira, 2015).

As teorias sociológicas apresentadas pela Escola de Chicago, especialmente a Escola Humana, são atualmente compreendidas como referências de grande importância para nortear estudos na área da criminologia. “Tal escola investiu suas pesquisas na questão da violência e criminalização, buscando compreender os fenômenos juvenis das gangues, analisando o aspecto do desvio social e de suas relações com os processos de adaptação à vida metropolitana” (Catão e Pereira, 2015, p.133).

Tangerino (2007) coloca que “não seria exagero afirmar que o surgimento da Escola de Sociológica de Chicago se confunde com o surgimento da sociologia mesma nos Estados Unidos da América” (2007, p.9). Defende o autor, que a Escola de Chicago se caracterizava por uma preocupação central com os problemas que afligiam a comunidade por completo, tais como criminalidade, prostituição, desemprego, trabalho infantil entre outros, e uma postura metodológica que priorizava o trabalho de campo.

A teoria ecológica surge como teoria base da Escola de Chicago. O conceito de ecologia procura estudar os seres vivos não como um indivíduo, mas como membros de uma complexa rede. Tangerino (2002) observa que o primeiro a dar tratamento sistemático à ecologia humana foi Robert Park, em seu artigo *The City*, de 1915. No artigo, o autor apresenta dois princípios ecológicos centrais, o da dominância e o da sucessão, gerando um ambiente de competição e o fruto direto desta competição será o surgimento das comunidades abrangidas em três aspectos: cultural, político e ecológico.

Em síntese, na lição de Park, a ecologia humana é uma tentativa de investigação dos processos por meio de que os equilíbrios biótico e social se mantêm, bem como por meio de que processos tais equilíbrios são perturbados, a partir da interação de quatro fatores: população, artefatos (cultura tecnológica), costumes e crenças e recursos naturais (Tangerino, 2002, p.17).

Zacarias (2014) afirma que o termo violência social é polêmico porque nela foram incorporados, ao longo dos anos, aspectos biológicos, socioculturais, políticos, econômicos, jurídicos e até morais. “O uso da expressão violência social sempre levantou debates apaixonantes, pois pode significar comportamentos ditos normais para certos segmentos sociais, que atentem contra a dignidade humana; ou diferentes atitudes de constrangimento econômico, moral, verbal, físico e sexualmente explícitos.” (2014, p.79).

Segundo De Paula (2014), por traz do problema da violência estão as outras questões sociais como a desigualdade, a marginalidade e a exclusão social. “A associação da pobreza ao crime proporcionou a criação de estereótipos negativos (tipos ideais) no imaginário social e facilitou a simplificação e falsificação cognitiva da percepção social do problema” (2014, p.103). Defende ainda o autor, que os estudos e questionamentos em relação ao tema, têm levado em conta a violência como elemento estruturante da vida social, dando enfoque na justiça e na atuação dos aparelhos de segurança pública e que o cerne da violência está ligado a ineficácia instrumental e simbólica do Estado (De Paula, 2014).

A violência apesar de possuir múltiplas perspectivas exerce um papel de destaque na execução do tecido social, não podendo ser considerada no âmbito da reflexão sociológica como periférica. “O conflito, a guerra, a violência, estabelecem uma relação social de interdependência baseada no encontro de duas vontades humanas que, por sua vez, em perspectiva interacionista (embora que proceda de vontades opostas), é constitutiva de relações sociais” (De Paula, 2014, p.106).

Serra (2014), ao tentar responder a existência da violência, coloca que “é um dano físico, psicológico e ou moral infligido a outrem (individual ou coletivamente considerado) ou em algo, de forma continuada ou não, direta ou indireta, com consequências lesivas que, no limite da interação social, podem conduzir a morte” (2014, p.8). O autor coloca que ao tentar compreender qualquer fenômeno social explica-se o fenômeno por meio do próprio fenômeno, ou seja, a violência explica-se pela violência, pelo espírito da violência, e que as pessoas são violentas porque possuem um coeficiente de violência inato do ser humano (Serra, 2014).

A violência é constitutiva do social e dizer violência social é uma tautologia, pois nenhuma violência é exterior ao social. “Em sua multiplicidade, ela é um dos êmbolos da vida, é socialmente normal em sua anormalidade física e moral de dor e sofrimento” (Serra, 2014, p.10). Para o autor, de nada servirá mostrar continuamente em todas as instâncias de debate e persuasão que a violência é desnecessária e nociva se não forem desarmadas as condições sociais que armam as mentes dos atores da violência.

Weber (2003 [1917]) nos seus estudos de ciência política faz uma relação entre o Estado e a violência, definindo sociologicamente como uma característica peculiar a todo agrupamento político o uso da coação física, contudo, para ele o uso da violência não é o único instrumento de que se vale o Estado. “Devemos conceber que o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física” (Weber 2003 [1917], p.60)

Observa Pinker (2011), que na antiguidade, na idade média e no começo da era moderna, as pessoas achavam normalmente as punições cruéis, em que o objetivo era simplesmente castigar o indivíduo. “Um estado sem polícia e judiciário eficientes tinha de fazer o máximo com as poucas punições que conseguia aplicar. Suas punições deviam ser tão memoravelmente brutais que quem as testemunhasse ficaria aterrorizado, submisso e espalharia a notícia, aterrorizando outros” (2011, p.214).

Foucault (1975) coloca que com o fim dos suplícios, em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo suplicado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no ombro ou no rosto e exposto vivo ou morto sendo utilizado como espetáculo, desaparecendo o corpo como alvo principal da persecução penal. “O afrouxamento da severidade penal no decorrer dos últimos séculos é um fenômeno bem conhecido por historiadores do direito. Entretanto, foi visto, durante muito tempo, de forma geral, como se fosse fenômeno quantitativo: menos sofrimento, mais suavidade, mais respeito e humanidade” (1975, p.21).

Defende Foucault (1975) que a prisão foi um instrumento de recrutamento para o crime e a criminalidade, uma vez que a partir do momento em que alguém entrava em uma prisão se acionava um mecanismo que o tornava infame e quando saía da prisão não podia fazer nada se não voltar a delinquir. “Desde 1980 que se constata que a prisão, longe de transformar criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade” (1975, p.131).

Maia, Neto, Costa e Bretas (2017) afirmam que apenas por volta do século XVIII é que se dá o nascimento da prisão como pena, melhor dizendo, a pena de encarceramento foi criada, e os internatos, conventos, hospitais, quartéis e fábricas, todas instituições totais, foram os protótipos das prisões. “Inicialmente, a criação da pena prisão foi vista como uma evolução dos costumes morais da sociedade, que não toleraria mais espetáculos dantescos de tortura em público” (2017, p.12).

De acordo com Bauman (1999) o confinamento espacial, o encarceramento de todas as espécies e com todos os rigores, tem sido em todas as épocas o método principal de lidar com setores problemáticos e difíceis de controlar da população. “A proporção da população que cumpre sentenças de prisão é distinta em cada país, refletindo idiosincrasias de tradições culturais e históricas de pensamento e práticas penais, mas o rápido crescimento parece ser um fenômeno universal em toda a ponta “mais desenvolvida” do mundo” (1999, p.123).

Pinker (2011) quando explica porque a violência em geral no mundo diminuiu ao longo dos anos, defende que a teoria do Processo Civilizador explica grande parte no declínio da violência na era moderna, em especial na Europa. Observa que o número anual de mortes por 100 mil pessoas é a medida padrão das taxas de homicídio e que somente se examinando os números, podemos ter uma noção se uma civilização diminuiu ou aumentou a violência. “Embora a maioria dos países europeus tenham

estatísticas de homicídios há mais de um século ou mais, o mesmo não se pode dizer dos outros continentes” (2011, p.137).

Nas décadas de 1960 a 1980 ocorreu um fenômeno de aumento da criminalidade acarretando em um dilúvio de violência nos Estados Unidos da América. Os novaiorquinos se aprisionaram em seus apartamentos, o medo ajudou a eleger políticos, era a época dos *Baby Boomers*, que foi a primeira geração a crescer com a força da televisão. “Os *baby boomers* eram ligados por outra tecnologia da solidariedade, do início comercializada por uma obscura empresa japonesa chamada Sony: o radio transmissor” (Pinker, 2011, p.167).

Observa Pinker (2011) que o processo descivilizador da década de 60 afetou a escolhas dos indivíduos e dos planejadores. “Muitos jovens decidiam que não iam mais trabalhar na fazenda da Maggie e, em vez de procurar uma vida respeitável em família, andavam em bandos exclusivamente masculinos que produziam o familiar ciclo de competição por dominância, insulto ou agressão leve e retaliação violenta” (2011, p.175). No entanto, seria um erro pensar que o surto de violência dos anos 60, pôs fim ao declínio da violência no Ocidente.

Por fim, o relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), de 2002, classificou a violência como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra outra pessoa, contra si próprio ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em morte, lesão, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. De acordo com o mesmo relatório, todo ano morrem mais de um milhão de pessoas por mortes violentas e que de uma forma geral no mundo toda a violência é a principal causa de morte entre pessoas de 15 a 45 anos. Relata ainda que apesar da dificuldade de se obter dados, certamente bilhões são gastos com assistência à saúde, em dias de trabalho perdidos e na aplicação da lei.

Concluindo, é importante perceber que todos os entrevistados relataram que a violência vivida e sentida hoje no Brasil é fruto da inadequação das políticas públicas – falhas na área da educação, da saúde, do lazer, do esporte e da cultura, do emprego, políticas sociais em geral – maisque qualquer outra coisa. Notamos também que a violência vivida pelos brasileiros trata-se de um processo histórico e cultural e já faz parte do cotidiano e vem se agravando, alcançando índices altíssimos, com o surgimento, expansão e atuação do fenômeno das facções criminosas em todo país.

## Capítulo 2 - Crime Organizado e Facções Criminosas no Brasil

### 2.1 Evolução histórica e sociológica

Nos dias atuais, a expressão facções criminosas está bastante difundida e é usada por todos, principalmente pela mídia, para se referir a vertente do crime organizado que vem dos presídios e se expande nas ruas e bairros das cidades. No Brasil, por exemplo, se tem a noção de que sempre o crime é organizado, contudo, não podemos cair no erro comum de considerar tudo como crime organizado. Conforme a legislação, após uma questão jurídica solucionada com a edição da lei 12.850 de 2013, organização criminosa é definida, no parágrafo 1, do artigo 1º:

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional

A legislação que combate estes tipos de crimes é complexa, pois além da legislação penal e processual penal comum, que se aplicam a vários crimes praticados pelo crime organizado, existem algumas leis específicas, que são várias leis esparsas e que podem ser aplicadas combinadas, além de delimitar cada tipo de crime. A Lei de Organização Criminosa (lei 12850.2013) é um exemplo destas leis esparsas. Também existem outras leis que tem relação com o crime organizado, tais como a Lei de Combate ao Tráfico de Drogas, denominada lei “antidrogas” (lei 11343.2006), além da Lei de Lavagem de Capitais (lei 9613.1998), e da Lei de Crimes Hediondos (8072.1990), entre outras. Uma lei tem especial relação com o surgimento destas facções, a Lei de Execução Penal (7210.1984).

Todavia, entendemos que a definição legal de crime organizado é simples, enquanto fenômeno é complexo, e definir para além da lei, não é uma tarefa fácil. Segundo Mingardi (2014) é necessário verificar o que diferencia uma organização criminosa de uma simples quadrilha. De acordo com o autor, para uma definição mais precisa tem de se considerar os seguintes atributos: hierarquia de fato, vínculo com o



Estado, divisão do trabalho, planejamento e previsão dos lucros, poder de intimidação, lei do silêncio (Mingardi, 2014).

Borba e Cepik (2011) entendem que o cerne da definição de crime organizado está na funcionalidade do acúmulo de capacidades para o enriquecimento ilícito. Segundo estes autores, crime organizado seria os “coletivos que operam crimes regularmente - cuja modalidade se insere tendencialmente na interseção entre motivação econômica e prejuízo difuso - e que desenvolvem capacidades organizacionais, coercitivas, técnicas e políticas que são funcionais a execução desses crimes, sejam elas, integral ou parcialmente ilícitas” (2011, p.387).

A história do crime organizado pelo mundo está ligada a outras questões, como a busca de lucro em atividades ilegais, tais como contrabando, tráfico de seres humanos, tráfico internacional de drogas e armas entre outras atividades. Southwell (2014) considera que o crime organizado atua como legítimas organizações globais, são organizações criminosas transnacionais (TCO's) que tem utilizado o sistema de comércio internacional e os avanços da tecnologia da comunicação e das viagens. “Desenvolveram complexas alianças, conexões e arranjos que significam, por exemplo, que as atividades de um cartel de cocaína colombiano pudessem ter impacto tanto no comportamento de uma gangue de rua brasileira como no de um político corrupto chinês influenciado pela tríade” (2014, p.6).

Southwell (2014) afirma que as mais antigas, maiores e conhecidas máfias pelo mundo sempre tiveram uma atividade ligada ao comércio internacional de drogas. Ao referir-se a máfia italiana observa que a máfia está tão arraigada na cultura italiana que se tornou patrimônio nacional e mais, que o crime organizado alcançou um verdadeiro poder em que o simples uso da palavra “máfia” pode silenciar aqueles que estão falando. “Em 1957, uma reunião organizada por Luciano entre as máfias siciliana e americana ajudou aos sicilianos a tornarem-se a principal força no comércio global de narcóticos” (2014, p.13).

Como exemplo das grandes Organizações Criminosas Transnacionais não podemos deixar de citar a grande máfia americana, a Cosa Nostra. Southwell (2014) afirma que a máfia americana é tão poderosa que parece que o submundo foi inventado nos EUA, ela surgiu justamente quando as gangues locais, que eram várias e desorganizadas passaram a usar o estilo da máfia italiana na sua estrutura, aproveitando-se da famosa lei seca para aumentar seu poder e influência. “De repente abriu-se um enorme mercado novo, ilegal e de âmbito nacional de milhões de dólares, e as gangues



criminosas sobreviventes estavam na posição perfeita para beneficiar-se, suprimindo os milhares de pontos clandestinos que surgiram do dia para noite” (2014, p.37).

Para Southwell (2014) uma das características marcantes dos grupos criminosos organizados que surgiram nos últimos quatro mil anos é que eles desafiam o monopólio estatal pela violência, “usam o medo como método para controlar tanto seus membros como suas vítimas; e possuem um sistema hierárquico e um código interno. Sua tendência de derivar de comunidades de imigrantes, relegadas em guetos pela pobreza e discriminação, é outro elemento comum” (2014, p.06).

De acordo com Southwell (2014) não deve surpreender a ninguém que uma das maiores, mais antigas e rentáveis indústrias do mundo, o crime organizado também tenha se tornado global, as organizações criminosas já estabelecidas estão agora ligadas às gangues recém-criadas em uma rede realmente pela primeira vez na história que abrange o mundo.

A tradição de grupos criminosos limitando-se a controlar e lutar apenas por territórios em seus países de origem se tornou obsoleta com sucesso que a máfia siciliana e as tríades chinesas desfrutaram quando deixaram a Europa e a Ásia e expandiram suas redes ilícitas na América e em outros territórios no Sec. XIX (2014, p.201).

Vemos que historicamente a questão das drogas e do tráfico internacional de drogas tem uma especial relação com o crime organizado. Ebo (2008) em uma teoria da geopolítica da droga ensina que a guerra do ópio entre Inglaterra e China foi o único conflito da história oficialmente entre Estados cuja razão principal fosse algum tipo de droga, considerando o conceito da OMS, em relação ao que seja droga. Afirma que apenas um produto despertava interesse dos chineses, ópio. “O desinteresse da China aos produtos europeus, tinha como resultado a redução dos lucros no comércio internacional da referida potência mundial” (2008, p.54). Isto demonstra o poder que as drogas exerciam neste contexto e exercem até hoje em outros diversos contextos.

Para Ebo (2008) as Organizações de Crime Transnacionais (OCT) são grandes responsáveis pelo grande tráfico internacional de drogas e podem ser conhecidas por vários nomes, são exemplos citados as máfias Italianas, Americanas, Russa, Albanesa, Turca, Marroquina, os Cartéis de cocaína, as Tríades Chinesas. O narcotráfico, como qualquer outro grande negócio, é uma indústria que pressupõe diversas fases começando pelos agricultores, passando pelos laboratórios, transporte, pontos de distribuição e venda, até a lavagem de dinheiro e finalizando na corrupção.

As máfias da droga, precisa vender o produto, de nada lhes serve ter o produto em stock, é preciso rentabiliza-lo, por isso, o seu sucesso em termos de lucros deve-se a grande captura de mercados, ao monopólio de preços e domínio dos segmentos mais lucrativos. (2008, p.203)

A pré-história do crime organizado no Brasil começa desde o fim do século XIX, quando quadrilhas ou bando armados conhecidos como cangaceiros, aterrorizavam o nordeste brasileiro, o mais famoso desses bandidos foi Lampião. Grunspan-Jasmim (2006) diz que Lampião foi o “primeiro cangaceiro - e esta é sua grande originalidade - a cuidar de sua personagem; utilizou métodos de comunicação - principalmente a imprensa e a fotografia, que não faziam parte da sua cultura - para impor a imagem que queria dar de si mesmo” (2006, p.28). A autora mostra a vida deste famoso cangaceiro estabelecendo uma relação entre o contexto socioeconômico e o fenômeno do cangaço mostrando como a cultura e a própria família acabou obrigando-o a se tornar o que foi.

No século XX, durante o regime militar o crime organizado tinha um cunho político e era composto pelos opositores desse regime. Percival (2002) coloca que na primeira semana de agosto de 1975 o tema “Crime organizado” surgia no Brasil pela primeira vez durante a V Semana Internacional de Criminologia, promovido pelo Centro de Estudos Oscar Freire, “parecia um assunto do outro mundo, sofisticado demais para a polícia, que na etapa final do regime militar ainda prendia primeiro para investigar depois” (2002, p.109).

Soutwell (2014) defende que o Brasil sempre foi um país onde a divisão de riqueza se mostra de forma acentuada e é somente separada pela distância de um par de ruas. “Antes que os “Comandos” evoluíssem, o crime organizado no Brasil se havia limitado especialmente à corrupção, a assassinatos perpetrados em nome de grandes empresas, a grupos estrangeiros como a máfia americana e siciliana que usavam como base numerosos bandidos das áreas rurais” (2014, p.211).

Adorno (2002) coloca que a partir da década de 70, a sensação de medo e insegurança começou a crescer no Brasil. Para o autor, esta sensação tem fundamento, pois houve um grande aumento das estatísticas oficiais da criminalidade de todo tipo. Houve um aumento rápido dos crimes que envolvem a prática da violência, como os homicídios, os roubos, os sequestros, os estupros, e mais, que este aumento veio acompanhado de mudanças substantivas nos padrões de criminalidade individual e no perfil das pessoas envolvidas com a delinquência.

No fim do regime militar, quando a criminalidade comum e o tráfico de drogas já dominavam o cenário, surgem as facções dentro dos presídios, como o Comando Vermelho (CV), no Rio de Janeiro e o Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo. “Nada disso aconteceu da noite para o dia. Muitos anos se passaram até que as quadrilhas adquirissem esse grau de sofisticação e de inserção social nas comunidades pobres” (Amorim, 2011, p.48).

Afirma Amorim (2011) que nos anos 80 a situação ficou confusa no Brasil, o crescimento dos cartéis de Cali e de Medellín mudou as regras do jogo, várias organizações estavam com interesse e envolvidas. “De um lado italianos e franceses usavam o território brasileiro como ponte, uma passagem da droga para os Estados Unidos. De outro, os cartéis colombianos, entravam no mercado consumidor do Rio e de São Paulo. A diferença era de que os cartéis colombianos procuravam sócios no Brasil e isso teria a maior repercussão sobre o futuro do Comando Vermelho (Amorim, 2011).

Salla e Adorno (2017), ao se referirem a esta mudança do perfil da criminalidade e da violência no Brasil, colocam que entre outras razões sociais, as mudanças neoliberais, a globalização econômica e a diluição dos Estados-nação são fatores que influenciaram o aumento da criminalidade. Para os autores, estas mudanças ocorridas em escala mundial proporcionaram em um curto espaço de tempo a desregulação dos mercados financeiros gerando “alteração das tradicionais fronteiras nacionais; incentivo ao fluxo cada vez mais maleável de capitais; abertura de espaço para atividades ilegais ao tornar a propriedade do capital anônima” (2017, p.10).

Estas facções criminosas têm que ser entendidas para além de um simples grupo de bandidos que se reúnem e se estruturam de dentro do sistema prisional para cometer crimes, possuem também uma faceta social composta de uma estrutura complexa com história e legados próprios. Para Amorim (2011), o bandido protege o povo pobre e sobrevive do “amor e do medo” inspirados no povo. “O crime organizado ocupa as lacunas de assistência social que o Estado vai deixando para trás, ao sabor da crise econômica ou da insensibilidade política” (2011, p.348).

Mattos (2016) em um estudo sobre a violência na cidade do Rio de Janeiro expõe em seu trabalho os acontecimentos do surgimento das facções e da sua presença nos morros e favelas cariocas desde a década de 80, passando pelos anos 90 e finalmente com relatos mais recentes dos anos 2000. São relatos e histórias sobre a guerra entre facções criminosas e sobre atos de violência policial. “Examino aqui as

manifestações de neurose e de humildade com base nas narrativas e situações em que a facção (frame) articula a forma física (armada) e argumentação como dois princípios de interação.” (2016, p.3).

Ao analisar o crime como um modelo de decisão, Viapiana (2006), propõe uma fórmula onde as variáveis são: “os benefícios consistem nos ganhos monetários e psicológicos proporcionados pelo crime. Por sua vez, os custos englobam a probabilidade de o indivíduo que comete o crime ser preso, as perdas de renda futura decorrentes do tempo que estiver detido, os custos diretos do ato criminoso (tempo de planejamento, instrumentos, etc.) e os custos associados à reprovação moral do grupo e da comunidade e que vive” (2006, p.38).

Pode-se compreender este fenômeno como células de poder, um poder paralelo ao Estado que faz frente ao Estado, e por vezes, utiliza-se dos mesmos poderes. De Souza (2006) afirma que no início do Sec. XXI o crime começou a aparecer não de forma convencional, mas exibindo força, poder e organização. “O crime organizado construiu seu formato, estabeleceu seus códigos, criou uma linguagem nova e avançou sobre funcionários de presídios, sobre juízes, policiais, promotores, advogados e sobre jornalistas” (2006, p.13).

Para De Souza (2006), esses grupos são cíclicos, mutantes e passageiros se confrontados com grupos tão sistematizados quanto eles. “O PCC é mais um sintoma da violência que habita nas ruas e nas prisões. Esse agrupamento para buscar saídas, conquistas, desafiar e consolidar posições, sempre acompanha a sociedade. Esquadrões. Grupos de extermínio. Scuderies. Máfia” (2006, p.231).

Os criminosos destas facções além do poder pela força física, também tem uma característica de domínio pela autoridade, uma vez que hoje em dia fazem parte do cotidiano e, de certa forma, são aceitos e tolerados pela sociedade. De Souza (2006) defende que a história do crime organizado é a explosão do sistema carcerário. “O crime organizado não surgiu da noite para o dia. Ele tem adeptos dentro e fora das prisões. O crime organizado sente necessidade de mostrar um lado bom, a sociedade organizada tenta compreender, mas não tem como tolerar algumas situações” (2006, p.13).

Observa-se que todas estas facções criminosas têm sua origem no sistema carcerário, um sistema historicamente precário e totalmente ineficaz. Afirma Varela (2012), que em São Paulo, na época do império, o aprisionamento dos que desobedeciam à lei era responsabilidade do município, porém, não havia um recinto para tal finalidade colocando os apenados para cumprir pena em locais sem condições

de higiene e segurança. Com a criação, em 1787, da Casa de Câmara e Cadeia “a superpopulação já era um problema, grave porque as cidades do interior já não dispunham de instalações semelhantes e encaminhavam seus condenados para cumprir pena na capital” (2012, p.37).

Varela (1999) em um de suas obras mais conhecidas procura mostrar que a perda da liberdade e a restrição de espaço físico nem sempre conduz a barbárie, ao contrário do que muitos pensam. “Em Cativeteiro, os homens, como os demais grandes primatas (orangotango, gorilas, chimpanzés e bonobos), criam novas regras de comportamento com o objetivo de preservar a integridade do grupo. Esse processo adaptativo é regido por um código não escrito” (1999, p.10). Varela (1999) resume as regras não escritas em algumas normas como: pagar a dívida assumida, nunca deletar o companheiro, respeitar a visita alheia, não cobiçar a mulher do próximo, exercer solidariedade e altruísmo; geralmente o desrespeito a estas regras pode ser punido com o desprezo, castigo físico ou até a morte.

O CV (Comando Vermelho), de acordo com Amorim (2011), surgiu no Rio de Janeiro no presídio da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, e foi fruto da convivência entre presos comuns e presos políticos durante a ditadura militar. “A cadeia construída para abrigar 540 presos, está superlotada. Os 1.284 homens ali encarcerados no ano de 1979 se vestem como mendigos. Lutam por um prato extra de comida disputam a facadas um maço de cigarro ou uma “bagana” de maconha. Cocaína e armas podem ser razões para um motim” (2011, p.56).

Amorim (2011) observa que o convívio entre presos políticos e criminosos comuns tem história no Brasil, em 1917, ano que ficou conhecido como “ano vermelho” que levou muitos presos políticos para a cadeia, entre eles um que ficou mais conhecido na Casa de Detenção de Recife, e relatou como nos seus longos anos de cadeia, conheceu e ficou amigo do bando de cangaceiros que agia em Pernambuco e como transformou guardas penitenciários e bandidos em militantes comunistas. “O comunista Gregório Bezerra, quando se envolveu no levante, era militar e manteve longa influência sobre os presos comuns” (2012, p.69).

Amorim (2012) defende que a cooperação entre presos políticos e comuns pode ir muito mais além da imaginação. “Um relacionamento que continuou depois do levante comunista de 1935. Militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL) dividiram celas com pessoas condenadas por

assalto, arrombamento, contrabando, e contravenções como o jogo e a prostituição” (2012, p.69).

Afirma Amorim (2012) que o contato com intelectuais, militares radicais, políticos e sindicalistas fez com que criminosos de toda sorte pudessem aprender a ler e escrever e ter uma explicação para a própria miséria, mas nada disso produziu uma modificação substancial na formação das quadrilhas ou no desenvolvimento no senso de organização entre os criminosos comuns. “Nas ruas, o crime continuava o mesmo: avulso, violento, desorganizado. O fenômeno da conscientização e o surgimento do chamado crime organizado só vão aparecer na década de 70” (2012, p.71).

No presídio da Ilha Grande, no ano de 1979, Amorim (2012) descreve como nasceu o Comando Vermelho. A cadeia era dominada por diversas falanges ou grupos, era difícil que os presos não pertencessem a algum grupo, a violência e os estupros eram comuns, a falange jacaré era a responsável pela maioria dos estupros, os presos comuns do “fundão”, em torno de 120 presos, tinham contato com textos obtidos pelos presos políticos. “Na Ilha Grande os presos comuns traficavam drogas, os presos políticos traficavam informação, a maioria dos depoimentos sobre a tortura no Brasil, divulgados no exterior, saiu de dentro dos presídios” (2012, p.96).

Defende Amorim (2011) que o convívio entre os presos políticos e os outros presos não foi tão harmonioso como “reza a lenda”. Observa o autor que os Bandidos comuns condenados pela Lei de Segurança Nacional (LSN) consideravam os presos políticos vítima em potencial. “Ao serem enviados para a Galeria B, os militantes dos grupos de esquerda fizeram uma exigência: Não queriam se misturar com a massa carcerária. A Galeria B foi então dividida ao meio por um muro de alvenaria com um portão de ferro” (2011, p.17).

Amorim (2012) observa que uma pessoa teve fundamental importância na formação do Comando Vermelho o “Professor”, pernambucano de 50 anos, que teve infância pobre, difícil e com desajustes familiares, “um homem de inteligência acima da média, não teve boa instrução, mas aprendeu rápido na dura escola das ruas. Quando deixou a gráfica, voltou aos assaltos e, logo depois a prisão. Sempre teve uma visível capacidade de liderança. Influencia rapidamente os companheiros” (2012, p.102).

Amorim (2012) relata que o professor na galeria B encontrou a matéria prima para a formação do Comando Vermelho, o ambiente era paranoico, dominado pelo medo e a desconfiança, não apenas pela violência dos guardas, mas pela constante ameaça das quadrilhas formadas pelos presos de estupros, roubos e assassinatos. “A Ilha

grande não nega ser uma das piores prisões do mundo. Foi exatamente trabalhando sob essas inimagináveis condições de vida que ele e seus companheiros conseguiram construir o alicerce de uma organização que se tornaria mais poderosa que o próprio sistema penitenciário” (2012, p.103).

Conforme Amorim (2012) uma reação aos crimes cometidos dentro do presídio começa no “fundão”, mas logo obtém uma velocidade impressionante, oito presos da galeria B formam um grupo coeso e unido, entre eles o professor, com uma questão de princípios respondem a violência das falanges com uma violência ainda maior, seria o grupo embrionário do Comando Vermelho. Isso começou no ano de 1974 e terminou, “na batalha final contra a falange jacaré, o Comando Vermelho consegue encurralar trinta homens numa cela. O massacre vai mudar a ordem natural das coisas dentro do presídio” (2012, p.80).

A partir do massacre de 1979, conta Amorim (2012), que o Comando Vermelho passa a dominar o presídio da Ilha Grande e não só a Ilha Grande, mas exerce sua influência sobre todo sistema penitenciário carioca, as mais novas palavras de ordem do Comando Vermelho são ouvidas em todas as cadeias:

1. Morte para quem assaltar; 2. Incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua, porque a rivalidade entre quadrilhas não pode perturbar a vida na cadeia; 3. Violência apenas para tentar fugir; 4. Luta permanente contra repressão e os abusos. (2012, p.141)

Observa Amorim (2012) que pouco tempo depois o Comando Vermelho cria o slogan da facção “Paz, Justiça e Liberdade” e até hoje esse lema está escrito nas paredes das casas na favela, nos trens da Central do Brasil e nos pontos de vendas de drogas. Não demorou para a organização tomar as ruas “A batalha da Ilha do Governador é um marco importante na história do crime organizado no Rio de Janeiro. Pela primeira vez, o Comando Vermelho revela o poder de fogo disponível e a determinação dos seus homens” (2012, p.161).

Por fim, descreve Amorim (2012), uma terceira fase do Comendo Vermelho, já no ano de 1984, em vez de planejar e orquestrar grandes assaltos como no seu início nas ruas, o Comando Vermelho está envolvido numa nova estratégia: controlar o tráfico de drogas em toda a região da Grande Rio e nas cidades turísticas do estado, um negócio que movimenta milhões de dólares. “A comissão dirigente da organização finalmente se inclinou para o negócio das drogas, muito mais seguro e rentável. Como atividades paralelas, o tráfico de armas de guerra e o roubo de carros. Fuzis e metralhadoras protegem os pontos de venda” (2012, p.215).



Já em São Paulo, conforme De Sousa (2006), o Primeiro Comando da Capital (PCC) nasceu sem violência diretamente, de uma forma mais simples, durante um jogo de futebol no Piranhão, anexo a casa de custódia de Taubaté, tida como de segurança máxima, no dia 31 de agosto de 1993. Eram oito presos transferidos da capital por problemas disciplinares. “Enquanto os oito estavam em campo, outros dois ligados a eles ficavam trancados. Seriam os futuros chefões: Marcola e Sombra. Na gênese do PCC, foi redigido um estatuto, composto de 16 artigos” (2006, p.93).

Observa De Sousa (2006), que o Primeiro Comando da Capital (PCC) nasceu no contexto como num “inferno de Dante” em que cada diretor de presídio fazia uma seleção de presos mais perigosos condenados a longas datas e que não tinham mais nada a perder. Eram consideradas verdadeiras “piranhas”, daí o nome “Piranhão”. Percival (2006) defende que a matéria prima do sofrimento é forte aliada do PCC. “O nascimento da organização foi inspirado, no discurso teórico, na situação desumana que muitos vivem. Em muitos casos são dramas inumanos. O PCC sempre alegou que direciona sua luta nesse sentido” (2006, p.179).

O PCC dominou todo o sistema penitenciário paulista rapidamente no maior e mais emblemático presídio que já existiu no Brasil, o “Carandiru”, também conhecido como Casa de Detenção de São Paulo. Esta foi por muito tempo o maior presídio da América Latina, chegando a abrigar mais de sete mil detentos. O “Carandiru” é palco de inúmeras histórias, como conta Varela (1999), que em 1992, no episódio conhecido como massacre do Carandiru, “morreram 111 homens no pavilhão nove, segundo a versão oficial. Os presos afirmam que foram mais de duzentos e cinquenta” (1999, p.295).

De Sousa (2006) defende que os presídios são um cancro da sociedade e que eles precisam mudar e não há o que discutir. “A mãe-prisão gerou o PCC, com todos os vícios, regras particulares de comportamento, senso ético à margem da lei, alvos a serem atingidos a qualquer preço, a banalização da vida. Pelas regras da mãe-prisão, faz parte do cotidiano afiar longos punhais.” (2006, 182). Para o autor, o PCC seria um “simulacro” do Comando Vermelho, seria o primeiro comando criado na capital de São Paulo e foi criado pelo criminoso conhecido como “Sombra”, que foi eliminado a golpes de faca dentro da prisão em julho de 2001, sem merecer uma história, sem um arremedo de biografia, ficou a sigla PCC.

Na descrição de De Sousa (2002), “Sombra” era um tipo singular, “tinha hábito de manter um cobertor sobre o corpo, como se fosse uma manta. Silencioso, de poucas

palavras, monossílabos e frases curtas, secas, aparentemente desprovidas de emoção, decidia destinos, vidas, mortes, conciliações, ruptura, acordo entre quadrilhas, salvo condutos. Reinava no cárcere.” (2002, p.75).

De acordo com De Sousa (2002), entre os integrantes desse time que foi o embrião do PCC, estavam Gegê, Cezinha e Geleião. “Geleião e Cezinha, que estiveram presos em Bangu I, firmaram a aliança do PCC com o Comando Vermelho. Perderam para Marcola, em novembro de 2002, a chefia do PCC.” (2006, p.93). Segundo Percival (2006) treze anos depois da fundação o trio Marcola-Cezinha-Geleião estava definitivamente rompido.

Segundo De Sousa (2006), o PCC foi coagindo, intimidando, apavorando, matando, ganhando força e conquistando adeptos. “No auge dos ataques do PCC a cidade de SP no mês de maio de 2006, a fragilidade do Estado e as divergências entre autoridades tornou-se patente. Policiais mortos, unidades policiais metralhadas, carros da polícia atingidos por tiros, população amedrontada” (2006, p.39)

Varela (2012) observa que uma crise inesperada mudou os rumos dos acontecimentos, “em 2006, houve uma sucessão de rebeliões que destruíram diversas cadeias de São Paulo. Mal os rebelados eram transferidos para locais mais seguros, estourava outro motim em outro ponto criando dificuldades para acomodar tanta gente em prisões já superlotadas” (2012, p.21). Observa ainda que em maio de 2006 grupos armados incendiaram ônibus, atacaram policiais e carcereiros e disseminaram o pânico pela cidade de São Paulo e a reação por parte da polícia foi imediata saindo as caça dos responsáveis pelos ataques.

De acordo com Manso e Dias (2018), durante anos existiu realmente uma aliança entre o PCC e o Comando Vermelho, porém desde 2014, nas fronteiras do Brasil e em estados do Norte e Nordeste, tem ocorrido um conflito de interesses entre essas facções. Para os autores a iniciativa foi do PCC ao perceber que o domínio do mercado de drogas estava vinculado ao seu fortalecimento no sistema penitenciário, então começaram a movimentar dentro dos presídios as peças desse jogo e deu-se início a uma espécie de guerra fria do crime com as facções se expandindo e formando alianças com outras facções menores nos diferentes estados do país.

Em quatro anos, até o começo de 2018, o PCC ganhou 18 mil membros (3mil em São Paulo e 15 mil nos outros estados) e passou a ter mais de 29 mil filiados no Brasil, com representantes em todas as unidades da federação. O Ceará por exemplo, pulou de 77 filiados em 2012 para 2,5 mil e se tornou o terceiro estado em numero da membros do PCC no país.(2018, p.19).

Um fato aconteceu no começo do ano de 2017, no norte do país, mais precisamente no presídio em Manaus, que veio a chocar o mundo com a decapitação de dezenas de detentos. Segundo a mídia foi um confronto entre as facções CV e PCC, vindo a constituir um cenário que se repetiu em outros presídios, houve uma serie de rebeliões em outros estados do Norte e Nordeste assim como uma guerra nas ruas foi declarada, em cada cenário estadual ou regional com as suas respectivas alianças. São inúmeros os conflitos que estão interligados, não é um fato em si só, mas sim todo um contexto nacional que acaba refletindo nas ruas das principais cidades brasileiras.

Para Manso e Dias (2018) não ficou bem claro se a guerra foi planejada e provocada pelo PCC, ou se o PCC tentou uma diplomacia mínima para evitá-la, porém era claro que o cenário estava caminhando para uma situação fora do controle. “O Novo Quadro prisional começava a se revelar com todas as suas cores e bandeiras. Os serviços brasileiros de inteligência identificavam oitenta gangues atuando a partir das prisões, sem que o assunto fosse debatido pelas autoridades” (2018, p.25).

Manso e Dias (2018) observam que um ambiente explosivo foi se formando nos presídios brasileiros divididos pelas facções PCC e Comando Vermelho e, em agosto de 2016, o PCC liderou uma rebelião na Penitenciária de Segurança Máxima em Naviraí, no Mato Grosso do Sul, em que três presos supostamente ligados ao Comando Vermelho foram mortos, um deles decapitado. A partir daí deu-se início a maior e mais mortal sequência de assassinatos e chacinas da história do sistema carcerário brasileiro e do mundo.

Após o rompimento formal entre as facções os confrontos iriam continuar e, no dia 16 de outubro de 2016, na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Roraima, presos armados de facas artesanais ligados ao PCC, massacraram dez presos ligados ao Comando Vermelho no dia da visita, entre eles dois considerados da liderança. “Eles foram decapitados e tiveram o corpo jogado em colchões em chamas, num ritual que viraria padrão nos conflitos.” (Manso e Dias, 2018, p.27). Para os autores, os conflitos teriam uma novidade, uma espécie de “TV prisão” proporcionada pelos celulares que os presos tiveram acesso e usaram para filmar as cenas de terror e ainda compartilhar nas

redes sociais. A sequência de confrontos iria continuar nos presídios brasileiros, no Acre, no dia 20 de outubro, no Presídio Francisco D'Oliveira Conde, com a morte de quatro presos. Ainda, nos meses de outubro e novembro ocorreram outras mortes em Roraima.

O maior massacre ocorreu logo no primeiro dia do ano de 2017, no Amazonas, como citado acima e foi consequência dos outros massacres, quando foram mortos 56 presos segundo os números oficiais. “A bola da vez era o Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, onde o PCC era minoria. Na rebelião, o Brasil ficaria conhecendo um novo personagem, a Família do Norte (FDN), responsável pelo maior espetáculo de horror da história brasileira recente” (Manso e Dias, 2018, p.34).

Outros confrontos viriam a acontecer em Roraima, no dia 6 de janeiro, em uma forma de revide do PCC, outra rebelião deixaria 33 mortos. Em Natal, no dia 14 de janeiro, em uma rivalidade contra a facção local Sindicato do Crime o PCC mesmo em numero bem menor, sob suspeita de facilidade por parte dos agentes penitenciários, teria matado 26 presos. “A cultura do crime e das disputas entre gangues, fomentada nas prisões, transcendeu as grades e os muros para chegar ao lado de fora, nas cidades mais violentas” (Manso e Dias, 2018, p.233).

Para Manso e Dias (2018) o próximo massacre parecia apenas uma questão de tempo. No Ceará, onde o PCC havia crescido, um áudio gravado no dia seguinte a chacina de Natal, registrava uma assembleia de presos da facção se preparando para a batalha. A expansão nos últimos anos, das maiores facções nacionais, PCC e CV, no norte, tem como interesse estratégico o acesso as fronteiras brasileiras nas zonas produtoras de cocaína e no nordeste como rota de comércio para Europa, fechando o ciclo de tráfico internacional.

O Ceará é palco dessa Guerra, e nos últimos anos foram diversas chacinas, rebeliões e ataques contra o Estado por parte dessas facções criminosas. Além de bater de frente com o Estado, as diversas facções também guerreiam entre si. O cenário cearense é disputado por diversas facções entre elas o PCC e o Comando Vermelho, além da facção local GDE e da facção do norte FDN. “No Ceará a rivalidade entre jovens moradores de territórios vizinhos se acirrou nos ultima década. Depois das rebeliões nos presídios, ao longo de 2017, a situação piorou, apesar de o sistema penitenciário estadual não ter testemunhado nenhum massacre” (Manso e Dias, 2018, p. 233).

Como em outros estados do norte e nordeste, no Ceará, os criminosos foram sendo obrigados a se aliar as duas maiores facções e ainda vendo outras facções crescendo, como a FDN, eles passaram a se organizar como uma forma de opção do crime organizado local em defesa contra o crescimento e domínio das outras facções. Nasce, então, uma facção local, os Guardiães do Estado (GDE). “O PCC que tem forte presença local, pelo menos desde 2005, quando realizou o assalto ao Banco Central de Fortaleza, se aliou aos Guardiães do Estado (GDE), facção criada pelos criminosos cearenses em 2012”. (Manso e Dias, 2018, p43).

Estatuto dos Guardiães do Estado (ver figuras 18,19,20 em anexos)

Em 01 de janeiro de 2016 as 16:00 horas, estes se reuniram em várias unidades prisionais do Estado do Ceará decidindo; em 17 de janeiro de 2017 as 14:00 horas estes se reuniram no sistema prisional de Sergipe;

Capítulo 1- Da denominação fundamentos e dos fins.

Art.1- Os integrantes se denominam Guardiães do Estado.

Art.2- São os fundamentos: a lealdade, a igualdade, a transparência e a união acima de tudo.

Art.3- Toda luta tem uma causa e a nossa causa será a paz para o sistema, a igualdade para todos e a justiça para os injustiçados.

Art.4- A luta será contra quaisquer tipos de opressão, assaltos, extorsões, estupros ou quaisquer tipo de injustiça fora e dentro do sistema carcerário.

Art.5- Nossa luta fará com que a elog liberdade contra todo tipo de opressão causada pelo governo, ou mesmo qualquer outro instrumento que venha a oprimir, ou se posicionar contra nossa ideologia e nossa luta.

Art. 6- Jamais um membro da nossa organização ficara desamparado tanto dentro ou fora do nosso estado, caso seja submetido a pena do RDD, quando lhe faltar condições.

Art.7- Para que que não falte o auxílio do artigo anterior e para fortalecer a organização será obrigatória a contribuição mensal de todos os integrantes conforme será estabelecido pela cúpula o valor, mas sempre de acordo com as possibilidades financeiras de cada um.

Art. 8- Todos os integrantes, denominados de “irmãos” devem lealdade e respeito para com a organização.

Art. 9- Temos como meta qualidade e não quantidade então todos os integrantes serão responsáveis pelos afilhados, tendo como obrigação procurar informações sobre sua procedência e conduta destes antes de seus batismos, devendo ficar claro que não aceitamos estupradores, cabuetas ou qualquer outro com conduta duvidosa, pois devemos zelar pela seriedade o objetivos que fizeram o surgimento desta organização.

Art. 10- A organização terá como um de seus lemas, um por todos e todos por um, em sendo assim: todos os membros que estiverem em liberdade devem sempre estar em sintonia e harmonia com os membros encarcerados, prevalecendo a união de todos em busca do mesmo propósito.

Art. 11- Todos os participantes terão voz podendo dar opiniões e sugestões, sempre visando o crescimento da família “Guardiões”, porém é importante se ter em mente que a voz final é a dos que integram a cúpula, sendo respeitado assim a hierarquia.

Art. 12- É terminantemente proibido usar o nome da organização para fins diversos dos aqui estabelecidos, bem como para obter vantagens indevidas para proveito próprio que não favoreçam a coletividade.

Art. 13- Para o bom e fiel cumprimento do estado aqui firma, quem o descumprir será cobrado de acordo com a gravidade do seu erro e culpa. Pois a organização será regida para os que faltarem com suas obrigações.

Art. 14- Importante esclarecer que qualquer acusação feita por integrantes contra estes, até mesmo por pessoas não participantes, serão analisadas e julgadas somente mediante provas retas, pois aquele que fizer acusação indevida e sem provas sofrerá severa punição pois só terá oportunidade quem der oportunidade

Art. 15- Todos os membros da cúpula julgadora serão obrigados a aplicar igualdade nas suas decisões e sentenças, onde faltas consideradas gravíssimas ocasionarão a exclusão do integrante da organização como forma de punição.

#### Considerações finais

Por fim, o que motiva a organização será sempre expandir e propagar a união e a igualdade das favelas em comunhão com a massa lutaremos pela paz dentro e fora do sistema sempre com a intenção de somar e jamais de dividir e nem muito menos diminuir, estabelecendo que o certo prevalece no crime, sendo o errado cobrado.

Juramento: fale seu nome completo em seguida estou vestindo a camisa dos “guardiões do estado” prometo levantar a bandeira com honra e lealdade em busca da paz tanto no meu bairro e n meu estado para que assim venha prevalecer o certo e o correto no crime.

Em suma, com o início da guerra entre PCC e CV, iniciada no norte onde houve uma sequência de rebeliões em presídios, instaurou-se uma espécie de guerra nacional com um quadro em cada estado conforme as respectivas alianças. Restando como cenário no estado do Ceará uma guerra envolvendo PCC e GDE contra CV e FDN.

Manso e Dias (2018) afirmam que o ponto alto dos conflitos no Ceara ocorreu em julho de 2017, numa casa de veraneio em Porto das Dunas, onde cerca de 20 pessoas ligadas a facções, no caso à GDE, festejavam a recém liberdade de um integrante. “A noite cerca de dez homens de um grupo rival chegam dentro de dois carros e arrombam o portão da mansão, atirando contra os garotos que ainda estavam na balada. Seis pessoas morreram” (2018, 235).

A guerra seguiu sem controle e a pior cena dos confrontos no entre as facções criminosas no Ceará ocorreu em 2018. “As Investigações apontaram para uma retaliação da GDE contra rivais do CV, que organizavam a festa. Oito das vítimas eram mulheres. A conexão cadeia quebrada produziria um efeito dominó dois dias depois, quando dez presos foram assassinados” (Manso e Dias, 2018 p. 236).

Manso e Dias (2018) observam que desta forma, que o fenômeno das facções criminosas está espalhado por todo país. Ele se instalou e dominou o tráfico de drogas e a criminalidade impondo regras que vem do sistema penitenciário e se reflete nas ruas dos bairros. E entre as cerca de oitenta gangues contabilizadas pelos serviços de inteligência do sistema prisional, exceção feita as do Rio de Janeiro e de São Paulo, a maior parte surgiu há menos de uma década, para surpresa dos estudiosos e analistas que não foram capazes de antecipar o fenômeno.

## **2.2 A noção de globalização**

Muito se tem falado em globalização, conquista de escalas, sua influência do local ao nacional, ao transnacional, o crescimento de um mercado global e regional, a importância do uso e aperfeiçoamento das novas tecnologias, o mundo rumo a uma unidade política e enfraquecimento do Estado, uma rede global de informação, as geofinanças e a influência do capital. É então importante, proceder à definição do conceito de globalização e a todas as consequências desse processo.

O trabalho de conceituar a globalização se mostra de extrema dificuldade, uma vez que não existe consenso a respeito do próprio termo, que surgiu no final do século passado. Tornou-se uma palavra de ordem que pode ser utilizada em diversos sentidos ou vertentes e está sempre presente nos discursos políticos, sociais e econômicos. Sabemos que se trata de um fenômeno complexo. Mas afinal o que é a globalização? Muitos teóricos abordam o tema em diversas perspectivas econômica, social, cultural e política, que não são abordagens contraditórias, mas sim somatórias para que possamos compreender este fenômeno.

Segundo Giddens (1999) ninguém que pretenda progredir no século XXI pode ignorar o termo globalização. “Vivemos num mundo de transformações que afetam quase tudo que fazemos. Para o melhor ou para o pior, estamos a ser empurrados para uma ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir” (1999, p.19). Giddens defende ainda, que a divulgação da palavra por toda parte é a melhor forma que ela representa e que nenhum discurso político fica completo sem se referir a ela.

O autor observa que o advento das comunicações por satélite representa uma das rupturas consideráveis com o passado e que a comunicação eletrônica instantânea não é apenas um meio de transmitir informações com rapidez, para ele, sua existência altera o



próprio quadro das nossas vidas, sejam ricos ou pobres. Defende que é um erro pensar que a globalização só diz respeito aos grandes sistemas, como a ordem financeira mundial. “A globalização não é apenas mais uma coisa que, ‘anda por aí’, remota e afastada do indivíduo. É também um fenómeno ‘interior’, que influencia aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas” (Giddens, 1999, p.23).

Southwell (2014) defende que globalização é a palavra do século e nenhuma outra atividade humana ilustra melhor a interconexão internacional que a moderna criminalidade. “Cada nação tem um submundo, mas na economia global de hoje, um território global paralelo de gangues surgiu onde organizações criminosas transnacionais controlam mais poder económico do que alguns estados como nação” (2014, p.6).

Afirma Southwell (2014) que hoje a globalização em todos os níveis da nossa vida é uma realidade e que essa era de globalização tem impacto sobre seis bilhões de pessoas. “Quando Marshall McLuhan cunhou a expressão “Aldeia Global”, em 1962, estava descrevendo como os meios de comunicação eletrônicos estavam levando ao colapso as barreiras de tempo e espaço na comunidade humana” (2014, p.201).

No fim da era cristã, vários acontecimentos importantes historicamente transformaram a sociedade humana, assim como afirma Castells (2016); “uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Economias por todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre economia, o estado e a sociedade” (2016, p.61).

Para Sebastião (2012) o que é global é caótico e a homogeneização global não passa de uma utopia, globalização seria mais um discurso de entretenimento dos senhores do mundo. “A globalização é um conceito que reflete o problema da ordem mundial nas suas várias acepções (económica, financeira, tecnológica, política, cultural) necessitando, por isso, de uma abordagem multidisciplinar” (2012, p.106).

Castells (2016) quando se refere à revolução tecnológica coloca que ela se originou e se difundiu, não por acaso, em um período histórico de reestruturação global do capitalismo, servindo também como uma ferramenta para tal. “A nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura” (2016, p.71). Assim, uma das características fundamentais da sociedade em

rede é que em ambas as dinâmicas de dominação e resistência a dominação dependem da formação de redes e de estratégias de redes para defesa e ataque (Castells, 2015).

Segundo Castells (2018), a capacidade instrumental do Estado-Nação é decisivamente enfraquecida pela globalização de atividades econômicas, globalização das mídias e da comunicação eletrônica, globalização do crime organizado, globalização do protesto social e pela globalização do terrorismo internacional. “A globalização da produção e do investimento também representa uma ameaça ao bem estar social, um dos principais componentes das políticas dos Estados-nação dos últimos 50 anos, e provavelmente o principal sustentáculo da legitimidade desse Estado nos países industrializados” (2018, p.378).

De acordo com Bauman (1999) estamos todos sendo globalizados e a globalização é um processo que afeta a todos. “Para alguns, globalização é o que devemos fazer se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade. Para todos, porém, globalização é o destino irremediável do mundo, um processo irreversível” (1999, p.7). Ainda para o autor, a globalização é uma palavra da moda e como todas as palavras da moda, tende a tornar-se mais opaca quanto mais experiências pretende explicar. Uma parte integrante dos processos de globalização é a progressiva segregação, separação e exclusão espacial. “Uma causa específica de preocupação é a progressiva ruptura de comunicação entre as elites extraterritoriais cada vez mais globais e o restante da população, cada vez mais localizada” (Bauman, 1999, p.9).

Bauman (1999) coloca o paradoxo da realidade pós-moderna do mundo consumista, desregulado e privatizado e do mundo globalizante e localizante. “A hibridização e a derrota dos essencialismos proclamados pelo elogio pós-modernista no mundo ‘globalizante’ estão longe de expressar a complexidade e as agudas contradições que dilaceram esse mundo” (1999, p.109).

Os teóricos do tema da globalização podem ser divididos em três grupos: a escola hiperglobalista, que define a nova era em que os povos estão subordinados a um mercado econômico global; a escola cética, que considera que a globalização é um mito, pois existe um grau de integração entre os estados que é significativo desde o séc. XIX; a escola transformacionistas, que veem o processo de globalização como um processo histórico de longo prazo e defendem que a regulação da ordem internacional pressupõe a emergência de novos atores (Sebastião, 2012).

Balão (2014) ainda coloca que, para a sociologia, a globalização é o termo utilizado para designar o processo segundo o qual as imagens, a informação, produtos e

bens entram numa corrente global beneficiando o crescimento de empresas transnacionais, da televisão por satélite e mais recentemente a internet. E quando trata da globalização enquanto tese, defende que a globalização que está institucionalizada e implantada na sociedade contemporânea, “é parte integrante da mesma, e plenamente dotada dos meios necessários para a ação, através da qual parece conduzir o mundo em direção a unidade política global que, no entanto, está longe de ser simples” (2014, p.29).

Quanto à antiglobalização, Balão (2014) coloca que, diante da nova ordem global contemporânea, surge uma reação antissistema ao movimento de globalização quando esta não consegue dar respostas que todos os envolvidos procuram e necessitam. “Vários são os exemplos que, ao longo da história mais ou menos recente das sociedades humanas, invocam resistências através de várias reações movidas contra o modelo dominante, o sistema estabelecido. No fundo o *status quo*” (2014, p.224). Afirma ainda a autora, que o movimento antiglobalização surge, em Seattle, no ano de 1999, no âmbito da Terceira Conferência Ministerial, no quadro da OMC. O antiamericanismo e o ataque a ocidentalização constituem respectivamente a ideologia da antiglobalização e o fim derradeiro a alcançar.

Castells (2018) observa que o movimento antiglobalização é altamente diversificado em certa medida contraditório em suas mensagens e circunscrições, assim como sua composição e expressão variam de um contexto para outro. Para o autor, o movimento é “uma tentativa deliberada de garantir à sociedade o controle sobre as instituições após o fracasso dos controles democráticos tradicionais sob as condições da globalização da riqueza, da informação e do poder” (2018, p.195).

Balão (2014) no processo de análise entre os movimentos da globalização (tese) e antiglobalização (antítese) propõe uma síntese possível, no domínio do real, que seria a alterglobalização. A autora afirma que “esse exercício permitir-nos-á demonstrar e concluir que eles não são concorrentes, antes coadjuvantes na árdua tarefa que o ser humano não cessou de buscar concretizar: a construção de um mundo mais justo para todos” (2014, p.323).

Em suma compreendemos que a Globalização é uma palavra de ordem que representa um fenómeno ou processo complexo com várias vertentes, está no nosso cotidiano e por vezes é utilizada com diversas abordagens e com múltiplos sentidos, a globalização se propõe a explicar o processo abrangente e complexo de formação do mundo contemporâneo, que está cada vez mais interligado, interdependente e se

integrando, constituindo uma verdadeira sociedade mundial e um grande mercado global. Por outro lado, do ponto de vista político e religioso e das desigualdades sociais, ainda existem abismos, barreiras e fronteiras que dividem o globo terrestre. Acima de tudo podemos compreender a globalização como um fenômeno cada vez mais forte e presente na vida humana.

Concluindo, podemos afirmar que quer a violência, quer a globalização são aqui analisados enquanto fenômenos que estão inter-relacionados com um terceiro fenômeno o do poder das facções criminosas. O nosso objetivo geral foi, precisamente, o de “entender o poder destas facções num contexto de globalização e de violência social urbana”. É neste sentido que se justifica o terceiro e último capítulo de considerações teóricas sobre o poder como objeto de estudo da Ciência Política.

### **Capítulo 3 - Considerações teóricas sobre o poder como objeto de estudo da Ciência Política**

Como tivemos oportunidade de ver, o poder, objeto de estudo clássico da Ciência Política, é central a esta dissertação. O termo pode assumir várias vertentes quando associado a outros. Porém aqui, a sua compreensão, assenta no seu sentido mais simples, abordando o pensamento e autores diversos. Para Nye (2002), o poder como sendo a capacidade de obter os resultados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-los. Essa capacidade de obter os resultados desejados frequentemente vem associada a posse de certos recursos.

Dahl (1957) diz que a maioria das pessoas tem uma noção intuitiva do que seria poder, porém os cientistas não formularam uma afirmação do conceito de poder que é rigorosamente considerado útil no estudo sistemático. O poder é definido por ele em termos de relação entre as pessoas e é expresso em uma simbolização simples. O autor defende que partir dessa definição é desenvolvida uma estatística de poder, comparável do grau relativo de poder de duas ou mais pessoas.

Maltez (2014) aborda a visão de alguns autores, como Talcott Parsons ao colocar que o poder económico é linearmente quantitativo, sendo uma simples questão de mais, já o poder político é hierárquico, dividido em níveis. O autor traz ainda conceitos de outras formas de poder, a exemplo do poder doméstico, que seria anterior ao político e o poder espiritual que divide os homens em religiosos e não religiosos.

Amitai Etzioni distingue três tipos de poder: o *physical power*, o poder proveniente da coerção; o *material power*, o poder que se alicerça na capacidade de distribuir ou de recusar vantagens materializáveis; e o *normative ou symbolic power*, o poder que se fundamenta na aptidão para se mobilizarem convicções (Maltez, 2014, p.344).

Para Bobbio, Matteuci e Pasquino (1998), o poder no sentido social se torna mais preciso e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até a capacidade de o homem determinar o comportamento do homem. Poder do homem sobre o homem, em que o homem não é só sujeito, mas também o objeto do poder. Para estes autores, são exemplos de poder a capacidade de um pai dar ordens aos filhos ou o governo dar ordem aos seus cidadãos.

Como fenômeno social, o poder é, portanto, uma relação entre homens, devendo acrescentar-se que se trata de uma relação triádica. Para definir um certo poder, não basta especificar a pessoa ou grupo que o detém e a pessoa ou grupo a que ele está sujeito: ocorre determinar também a esfera de atividade á qual o poder se refere ou a esfera do poder (Bobbio, Matteucci e Pasquino, p.934).

Observam Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), que no exercício do poder, quando a capacidade de determinar o comportamento dos outros é posta em pratica o poder se transforma passando de simples possibilidade em ação, assim os autores dividem entre simples possibilidade (poder potencial) e o poder efetivamente exercido (poder atual). “O poder potencial é a capacidade de determinar o comportamento dos outros. Enquanto que o poder atual é a relação entre comportamentos, o potencial é uma relação entre atitudes para agir (1998, p.936). Os autores colocam ainda que esclarecido o conceito de poder podemos aplicá-lo a realidade social e detectar quando existe de fato uma relação de poder. “Mas em relação aos fenômenos reais, temos também necessidade de comparar entre si diversas relações de poder e de saber se uma relação de poder é, ao menos grosso modo, maior ou menor que outra” (1998, p.939).

Foucault (1995) evidencia, por meio de um método genealógico, a existência de formas exclusivas do exercício de poder exclusivamente no aparelho do Estado. Defende o autor, porém, que a questão do poder vai muito mais além do aparelho do Estado, para ele a questão “fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de constituição, ou somente em termos de Estado ou aparelho de Estado. O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado” (1995, p.221).

Na concepção de Santos (2016), Foucault foi capaz de identificar uma mutação decisiva em relação a forma como o poder soberano no ocidente lidava com a vida e morte de seus súbditos. “Por muito tempo o poder soberano definiu-se, sobretudo como poder de vida ou de morte, que causava a morte ou deixava viver, um poder que consiste, de fato, em instância de confisco, de extorsão de bens, de trabalho ou da própria vida dos súbditos” (2016, p.277).

Para Bobbio, Matteuci e Pasquino (1998), violência e força são diferentes na medida em que, partindo do sentido puramente descritivo da violência como sinônimo de força:

O poder é a modificação da conduta de um indivíduo ou grupo, dotada de um mínimo de vontade própria. A violência é a alteração danosa do estado físico de indivíduos ou grupos. O poder muda a vontade do outro; a violência, o estado do corpo ou de suas possibilidades ambientais e instrumentais (1998, p.1292).

Numa perspectiva entre estados, Nye (2002) defende que hoje em dia os fundamentos do poder têm se afastado da ênfase na força militar e na conquista, paradoxalmente as armas nucleares foram uma das causas. Observa ainda que o poder econômico tornou-se mais importante que no passado e divide os poderes entre o poder bruto (*hard power*) e o poder brando (*soft power*), para ele tanto poder militar quanto o econômico são exemplos de bruto, enquanto que o poder brando coopta as pessoas em vez de coagi-las. “O poder brando emana em grande parte dos nossos valores. Valores que se expressam na nossa cultura, na política que adotamos internamente e no modo como nos comportamos internacionalmente” (2002, p.37).

Balão (2014) quando comenta sobre o poder e suas duas vertentes o *soft power* e *hard power*, em um mundo globalizado ela considera o *soft power* como um dos mais modernos instrumentos de globalização política, contudo para ela por trás dessa estratégia de *soft power* esconde-se o mesmo objetivo assente na estratégia do *hard power*: O poder. Para autora o que vai mudar será “apenas o caminho escolhido, a forma de alcançar e potenciar esse poder, ou se opta pelo exercício assente numa legitimidade reconhecida através do consentimento ou, pelo contrário, opta pela imposição desse exercício através da força das armas” (2014, p.310).

Para Castells (2005), as fontes do poder social não são diferentes da nossa experiência histórica, a violência e o discurso, a coerção e a persuasão, a dominação política e o enquadramento cultural, que foram teorizados pelos pensadores mais importantes sobre o poder. “Mas o terreno onde as relações de poder operam mudou



principalmente em dois sentidos: ele é primordialmente construído em torno da articulação entre o local e o global; e ele é primordialmente organizado em torno de redes, não de unidades” (2005, p.96).

Castells (2013) parte da premissa de que as relações de poder são constitutivas da sociedade, porém os que detêm o poder constroem as instituições segundo seus interesses e valores. “O poder é exercido por meio da coerção, ou pela construção de significado na mente das pessoas mediante mecanismos de manipulação simbólica. As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado” (2013, p.14). Observa Castells (2015), que a sociedade é definida em torno de valores e instituições e o que é valorizado e institucionalizado é definido pelas relações de poder, segundo este autor, o poder é o processo mais fundamental na sociedade. “O poder é a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de forma que favoreçam à vontade, os interesses e os valores do ator que detêm o poder” (2015, p.57).

Castells (2015) quando aborda os processos de formação do poder utiliza duas perspectivas diferentes “por um lado, esses processos podem reforçar a dominação já existente ou aproveitar posições estruturais de dominação; por outro lado, há também processos de compensação que resistem a dominação estabelecida em nome dos interesses, valores e projetos que são excluídos” (2015, p.93).

Albagli e Lastres (1999) colocam que, no mundo contemporâneo, o poder não mais se restringe ao domínio dos meios materiais e dos aparatos políticos e institucionais, mas sim do domínio sobre o imaterial e o intangível, que são as informações, as ideias ou os conhecimentos. Para estas autoras, este novo papel do conhecimento e das informações na economia vem provocando uma alteração nas relações, formas e conteúdo do trabalho, e ainda observam o surgimento de uma nova dinâmica na política “frente a desestruturação ou a reestruturação das antigas formas, mecanismos e escalas de poder e de contestação do poder - desafiando os Estados-Nações e sua soberania como *locus* da hegemonia - e frente a emergência ou a projeção de novos atores” (Albagli e Lastres, 1999, p.9).

Bauman (1999) ao referir-se à separação entre economia e política afirma que “a proteção da primeira contra a intervenção regulatória da segunda, o que resulta na perda de poder da política como um agente efetivo, auguram muito mais que uma simples mudança da distribuição do poder social” (1999, p.76). Defende que uma das maiores consequências da nova liberdade global de movimento é de que está cada vez mais

difícil, ou até mesmo impossível reunir questões sociais numa efetiva ação coletiva. “Nesse nosso mundo que se globaliza, a política tende a ser - cada vez mais apaixonada e conscientemente - *local*. Como foi banida do ciberespaço, ou teve seu acesso vetado, ela se volta para as questões locais, as relações de bairro” (2005, p.30).

## Conclusões

Com o objetivo de estudar e caracterizar o crime organizado, em especial a ocorrência do fenômeno das facções criminosas no Brasil, procuramos entender o poder destas facções num contexto de globalização e de violência social urbana, compreender as causas de suas origens, determinar como são formadas e estruturadas, explicitar a forma como exercem o poder, identificar os domínios territoriais, analisá-las com base nos aspectos teóricos e na história do crime organizado, e como contribuem para o aumento da criminalidade, dos homicídios e dos índices de violência no Brasil e no Estado do Ceará. Todos esses aspectos foram estudados por meio de um processo de pesquisa (quali-quantitativa).

A partir desses estudos, constatamos que as facções criminosas têm seu foco de poder no sistema prisional que se mostrou como grande centro de produção de crime e redes de ações criminosas complexas. O tráfico de drogas mostrou ser uma fonte de renda incalculável que fomenta o aumento dos outros crimes violentos como assaltos e homicídios.

Constatamos que a violência faz parte da vida humana, e está relacionada com os seres humanos desde antes da formação de qualquer sociedade. A violência é inerente à natureza humana, faz parte das relações sociais, é estruturante da rede social desde os níveis locais até os níveis internacionais, nas relações entre estados. No entanto as relações baseadas na violência são frágeis e acabam gerando um escalonamento de violência sem fim. Não podemos acabar com a violência, mas podemos diminuir e minimizar seus efeitos (aliás, como referido por alguns dos nossos entrevistados). Este deve ser sempre o objetivo principal.

Outro fenômeno que temos que aceitar é o da globalização que afeta cada vez mais a todos no mundo e está relacionado a várias áreas da atividade humana. Com os efeitos da globalização presentes em todos os ramos da vida humana, o crime organizado também se utiliza dos recursos proporcionados por um mundo global, como a tecnologia e a comunicação digital em rede, favorecendo assim enormemente o fortalecimento do crime e o crescimento da violência.

Com a simples observação dos números da violência no Brasil, que são números de guerra, concluímos que somos um país historicamente violento e vivemos realmente em um conflito que já faz parte do nosso cotidiano. Ocorre uma guerra natural entre o Estado, por meio da repressão policial, e o crime organizado, que nas últimas décadas se estruturou e se fortaleceu enormemente ao ponto de enfrentar a repressão policial. Para,

além disso, há também uma guerra entre os próprios criminosos, entre as facções, que se confrontam na disputa estratégica por territórios fundamentais para o sucesso de seus negócios ilícitos.

Podemos dizer, a partir de definições mais aceitas, de uma forma geral, que o crime organizado é a associação de pessoas de forma organizada e estruturada com o objetivo de praticar crimes. Contudo, o crime organizado pode ter várias vertentes ou facetas, que vão desde quadrilhas organizadas nos mais diversos escalões do governo e em simples órgãos estatais, passando por máfias como a do “jogo do bicho”, grupos de extermínio, milícias, chegando até gangues, facções ou falanges organizadas dentro dos presídios, com divisão de atribuições, hierarquia bem definidas e regras rígidas. As facções atuam principalmente no tráfico de drogas e de armas, além dos assaltos e homicídios que fornecem uma base material, econômica e estrutural para cometimento de outros tipos de crimes.

Percebemos que o surgimento das facções criminosas no Brasil faz parte de um processo histórico. Tradicionalmente, o PCC e o Comando Vermelho estão à frente da maioria dos grandes crimes, dentro e fora dos presídios, e o combate à expansão desses grupos para outras regiões, como o Norte e Nordeste do Brasil, deve ser foco prioritário de atenção das autoridades de segurança e políticas públicas dos estados dessas regiões.

A expansão e proliferação de novas facções criminosas, no Norte e Nordeste do Brasil, têm por finalidade a conquista tanto dos mercados consumidores locais como das fronteiras que estruturam o tráfico internacional de drogas e armas. Podemos inferir também, que essa expansão e proliferação foi facilitada pelo fato de líderes de quadrilhas terem sido albergados em presídios fora da sua região original de atuação e assim acabaram por influenciar nas alianças entre facções já existentes e na formação de novos grupos dependendo dos interesses locais e/ou nacionais.

Estas facções, que decisivamente são responsáveis de forma marcante pelo aumento da insegurança, da criminalidade, dos índices de homicídios, devem ser combatidas, mas não somente pela ação da polícia e do combate direto, mas também por ações estatais que mitiguem as causas do problema que se mostra muito mais complexo, de ordem social, econômica e cultural. Constata-se também que é necessária uma mudança na política criminal, que é voltada exclusivamente para o encarceramento em massa, o que tem se mostrado já ultrapassado e inútil, e que gera um ônus extremo para os estados com a construção, administração e manutenção de presídios para albergar uma população carcerária que só cresce. É muito importante identificar e combater

fortemente as causas do problema, e não somente focarmos no confronto direto e nas consequências do crime já praticado.

O fenômeno das facções é uma realidade e está instalado por todo o território brasileiro, nos presídios, nas ruas das periferias e até mesmo nos bairros mais nobres das principais cidades brasileiras. Não temos como acabar de uma vez o tráfico de drogas e armas, pois a própria sociedade, inclusive a global, é quem os financia. Vemos, desta forma, que somente podemos nos inclinar no sentido de diminuir o poder do crime organizado e sua influência maléfica na sociedade brasileira, com uma profunda mudança jurídica, econômica, talvez estrutural do estado e principalmente uma mudança cultural e educacional, no sentido de proporcionar mais oportunidades e perspectivas de vida, mormente para os jovens.

Portanto, para que possamos almejar uma diminuição da insegurança, da criminalidade, da violência e do medo, é necessário, com urgência, que avancemos com as políticas públicas, notadamente nas áreas de educação, cultura, esporte e lazer. Observa-se que como todas as demais atividades sociais, as facções criminosas acabam refletindo e influenciando na política de um modo geral, seja por meio da escolha e financiamento de candidatos aos cargos eleitorais, ou por meio das políticas públicas que serão realizadas em virtude do avanço do fenômeno das facções criminosas e crescimento da violência.

Por fim, acreditamos que os resultados e considerações que foram criticamente analisados e então aqui apresentados, nos possibilitam concluir este trabalho, afirmando que atingimos o objetivo geral a que nos propusemos desde o início desta pesquisa, de caracterizar e compreender, em alguns dos seus detalhes, o crime organizado, notadamente o fenômeno das facções criminosas e as suas consequências. Esperamos que este trabalho seja, de alguma forma, uma contribuição útil e valiosa para aqueles que estão envolvidos na missão de controlar e mitigar a criminalidade e a violência no Brasil, principalmente no Estado do Ceará.

## Referências Bibliográficas

- Adorno, S. (2002). Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, abril- junho, 7-8.
- Adorno, S. e Salla, F. (2007). Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, 21(61), 7-29.
- Albagli, H. e Lastres, S. (1999). *Informação e globalização na era do conhecimento (1ª Ed)*. Rio de janeiro: Editora Campos LTDA.
- Amorim, C. (2011). *Comando Vermelho: A história do crime organizado vermelho*. Rio de Janeiro: BestBolso.
- Balão, S. M. R. (2014). *A Matriz do Poder: Uma visão analítica da Globalização e da Anti-Globalização na Mundo Contemporâneo (2 Ed)*. Lisboa: MGI.
- Barcelos. C. (2017). *Abusado: O dono do morro Doa Marta (28 ed.)*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: As Consequências Humanas*. Rio de janeiro: Editora Zahar.
- Bauman, Z. (2005). *Confiança e medo na cidade*. Rio de janeiro: Editora Zahar.
- Bauman, Z. (2008). *Medo líquido*. Rio de janeiro: Editora Zahar.
- Bauman, Z. e Bordoni C. (2016). *Estado de crise*. Rio de janeiro: Editora Zahar.
- Boobio N. Matteucci N. e Pasquino G. (1983). *Dicionário de política (11ª ed)*. Brasília: Editora UNB.
- Borba, P. e Cepik, M. (2011). Crime organizado, Estado e segurança internacional. *Contexto internacional*, 33(2), 375-405.
- Castells, M. (2002). *O poder da comunicação*: Rio de janeiro: Paz e terra.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de janeiro: Editora Zahar.
- Castells, M. (2016). *A Sociedade em Rede (17ª Ed)*. São Paulo: Paz & Terra.
- Catão, M. e Pereira M. C. (2016). Juventude e criminalidade sob a perspectiva da Escola de Chicago in *Revista da Faculdade de Direito*, 28, 131-156.
- Cavalcante, P. (2003). *Como se fabrica um pistoleiro*. São Paulo: A girafa.
- D'Oliveira, T. (2007). *Teses e dissertações*. Lisboa: Editora HR.
- De Paula, R. H. A. (2014). *O que é violência social*. Lisboa: Escolar Editora.



- De Souza, P. (2002). *Narcoditadura. Rio de janeiro*: Editora Planeta.
- De Souza, P. (2006). *Sindicato do Crime*. São Paulo: Ediouro.
- Denzin, Norman K. (1978): *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. New York: McGraw-Hill.
- Duarte, T. e Cano, I. (2014). *Milícias: Crime polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Duarte, M. S. (2006). *A verdade da Tropa: Incursionando no inferno (2 ed.)*. Rio de janeiro: Editora Graal.
- Durkheim, E. (2001). *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Editora Martin Claret [1895].
- Ebo, I. J. S. (2008). *A geopolítica da droga*. Lisboa: ISCSP.
- Foucault, M. (1995). *Microfísica do poder (11 ed.)*. Brasil: Graal. (*Obra original publicada em 1979*).
- Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir (42 ed.)*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Giddens, A. (1999). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editora Presença.
- Gomes, S. O. e Lemos, M. T. A. (2002). *Insegurança pública e privada: Basta de hipocrisia*. São Paulo: Landmark.
- Jasmim, É. G. (2006). *Lampião o Senhor do Sertão: Vidas e Mortes de um cangaceiro*. São Paulo: Edusp.
- Lara, S. A. (2015). *Em caso de guerra*. Lisboa: MGI.
- Lima, A. e Sarró, R. (orgs) (2006). *Terrenos Metropolitanos. Ensaio Sobre Produção Etnográfica*. Lisboa: ICS.
- Maia, C. N. (2017). *A história das prisões no Brasil (Vol. I e II)*. Rio de Janeiro: Anfitriato.
- Maltez, José Adelino. (2014). *Abecedário de Teoria política (2)*, Estudos Políticos e Sociais.
- Manso, B. P. e Dias, C. N. (2018). *A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo. Editora Todavia.
- Matos, C. D. S. (2016). Uma etnografia da expansão do mundo do crime no Rio de janeiro in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31(91), 01-15.
- Mesquita, M. (2006). *Droga no prado*. Lisboa: ISCSP.

- Mingarde, G. (2014). Crime Organizado. In *Crime, Policia e Justiça no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.
- Nye, J. S. (2002). *O paradoxo do poder americano*. São Paulo: editora Unesp.
- Pinker, S. (2011). *Anjos bons da nossa natureza*. São Paulo: Companhia das letras.
- Rodrigues, H. (2003). *Vidas no Carandiru (2ª ed)*. São Paulo: Geração editorial.
- Santo, P. E. (2015). *Introdução a Metodologia das ciências sociais (2 Ed)*. Lisboa: ISCSP.
- Sebastião, S. P. (2012). *Cultura contemporânea: Contributos para os estudos Culturais, Mediáticos e Digitais*. Lisboa: ISCSP.
- Serra, C. (2014). O rio e as margens do social. *O que é violência social*. Lisboa: Escolar editora.
- Severino, A. J. (2016). *Metodologia do Trabalho científico*. São Paulo: Editora Cortez.
- Soares, E. L. e Bill, M. e Athayde, C. (2005). *Cabeça de porco*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Southwell, D. (2014). *A história do crime organizado*. São Paulo: Editora Escala.
- Suariva, P. (2017). *Criminologia: Teoria e Pratica (4ª ed.)*. Rio de Janeiro: Editora Impetus.
- Szabo, I. (2017). *Drogas as histórias que não te contaram*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Tangerino, D. P. C. (2007). *Crime e Cidade*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.
- Varella, D. (1999). *Estação Carandiru (2ª Ed)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Varella, D. (2012). *Carcereiros*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Viapiana, L. T. (2006). *Economia do crime: Uma explicação para a formação do criminoso*. Porto Alegre: editora AGE.
- Weber, M. (2003). *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Editora Martin Claret [1917].

# APÊNDICES

## Guiões das entrevistas semi-estruturadas

### Policiais

#### 1. Tópico: Perfil Sociológico

- Como se chama?
- Quantos anos tem?
- Onde nasceu?
- Quais as suas habilitações?
- Há quanto tempo é policial? Sempre quis ser?
- Que outras experiências profissionais já teve?
- É casado?
- Tem filhos? Se sim, quantos e com que idades?

#### 2. Tópico: Poder das facções e crime organizado

- Para si o que é o poder?
- De que forma o poder e as facções criminosas estão relacionados?
- De onde vem o poder das facções?
- O que é que leva as pessoas a quererem fazer parte de uma facção? O que é que as atrai?

#### 3. Tópico: Organização e dinâmica das facções

- Quem manda numa facção?
- Como é que está organizada?
- Como é que se distinguem os membros de uma facção de outra facção? Há diferenças?
- Sabe como é que as facções fazem o recrutamento? Qual o perfil das pessoas que eles procuram?
- Imagina um Brasil sem facções? Porquê?

#### 4. Tópico: Ser policial

- Como é lidar com esse tipo de crime organizado?
- Como é a vossa preparação?
- Quando parte para uma missão, em que é que pensa?

#### 5. Tópico: Gestão de emoções

- Na sua profissão, é importante saber gerir emoções? Porquê? Pode dar-me um exemplo?
- Quando regressam às vossas casas? Conseguem desligar do trabalho?
- Como é chegar a casa depois de uma subida a um morro (ver se pode usar esta expressão) e olhar para os filhos, mulher/marido, irmãos...? Como é que se aprender a gerir essas emoções?
- Quando olha para esses criminosos, em que é que pensa? Alguma vez pensa que eles também têm família...mulheres, filhos?
- Para si, quais as características de um policial ideal/perfeito?
- E de uma equipa policial?

### **Agentes Penitenciários**

#### 1. Tópico: Perfil Sociológico

- Como se chama?
- Quantos anos tem?
- Onde nasceu?
- Quais as suas habilitações?
- Há quanto tempo é agente penitenciário? Sempre quis ser?
- Que outras experiências profissionais já teve?
- É casado?
- Tem filhos? Se sim, quantos e com que idades?

#### 2. Tópico: Poder das facções e crime organizado

- Para si o que é o poder?
- De que forma o poder e as facções criminosas estão relacionados?
- De onde vem o poder das facções?

- O que é que leva as pessoas a quererem fazer parte de uma facção? O que é que as atrai?

### 3. Tópico: Organização e dinâmica das facções na prisão

- Quem manda numa facção?
- Como é que está organizada?
- E aqui dentro, no presídio? É visível o poder das facções?
- Como é que se distinguem os membros de uma facção de outra facção? Há diferenças?
- Li uma notícia em que fala dos presídios como “Universidades do crime”. Concorda com esta analogia?
- Imagina um Brasil sem facções? Porquê?

### 4. Tópico: Ser Agente penitenciário

- Como é lidar com esse tipo de preso?
- Como é a vossa preparação?
- Como é o vosso dia-a-dia?
- Qual o tipo de relação que têm com os presidiários?

### 5. Tópico: Gestão de emoções

- Na sua profissão, é importante saber gerir emoções? Porquê? Pode dar-me um exemplo?
- Quando regressam às vossas casas...conseguem desligar do trabalho? Como?
- Como é chegar a casa depois de um dia mais difícil e olhar para os filhos, mulher/marido, irmãos...? Como é que se aprender a gerir essas emoções?
- Quando olha para esses criminosos, em que é que pensa? Alguma vez pensa que eles também têm família...mulheres, filhos?
- Para si, quais as características de um agente prisional ideal/perfeito?

## Advogados

### 1. Tópico: Perfil Sociológico

- Como se chama?
- Quantos anos tem?

- Onde nasceu?
- Quais as suas habilitações?
- Há quanto tempo é advogado? Sempre quis ser?
- Que outras experiências profissionais já teve?
- É casado?
- Tem filhos? Se sim, quantos e com que idades?

## 2. Tópico: Poder das facções e crime organizado

- Para si o que é o poder?
- De que forma o poder e as facções criminosas estão relacionados?
- De onde vem o poder das facções?
- O que é que leva as pessoas a quererem fazer parte de uma facção? O que é que as atrai?

## 3. Tópico: Gestão de emoções

- Na sua profissão, é importante saber gerir emoções? Porquê? Pode dar-me um exemplo?
- Quando regressam às vossas casas...conseguem desligar do trabalho? Como?
- Como é chegar a casa depois de um dia mais difícil, e olhar para os filhos, mulher/marido, irmãos...? Como é que se aprender a gerir essas emoções?
- Quando olha para esses criminosos, em que é que pensa? Alguma vez pensa que eles também têm família...mulheres, filhos? E quando olha para essas mulheres, filhos, mães...em que é que pensa?



## ANEXOS

### Anexo A

Figura 16 – Helicóptero utilizado pelo PCC, na morte de Gegê e Paca.



Fonte: G1

Figura 17 - local conhecido como “Forró do Gago” onde ocorreu a chacina de 14 pessoas, segundo números oficiais



Fonte: G1

## Anexo B (Fonte: Arquivo pessoal)

Figura 18 – Estatuto da GDE (parte 1) Trata-se de um documento encontrado por agentes penitenciários.

ESTATUTO DOS GÁRDIOS DO ESTADO

EM 01 DE JANEIRO DE 2016 ÀS 16:00 HORAS, ESTES SE REUNIRAM EM VÁRIAS UNIDADES PRISIONAIS NO ESTADO DO CEARÁ REUNINDO-SE EM 14 DE JANEIRO DE 2017, AS 14:00 ESTES SE REUNIRAM NO SISTEMA PRISIONAL DE SERGIPE.

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, FUNDAMENTOS E DOS FINS.

ART. 1º OS INTEGRANTES SE DENOMINAM GÁRDIOS DO ESTADO.

ART. 2º SÃO OS FUNDAMENTOS: A LEALDADE, A IGUALDADE, A TRANSPARENCIA E A UNÃO ACIMA DE TUDO.

ART. 3º TODA LUTA TEM UMA CAUSA E NOSSA CAUSA SERÁ A PAZ PARA O SISTEMA, A IGUALDADE PARA TODOS E JUSTIÇA PARA OS INJUSTIÇADOS.

ART. 4º A LUTA SERÁ CONTRA QUALQUER TIPO DE OPRESSÃO, ASSALTOS, EXTORÇÕES, ESTRUPOS, OU AINDA QUALQUER TIPO DE INJUSTIÇAS FORA E DENTRO DO SISTEMA CARCERÁRIO.

ART. 5º NOSSA FORÇA E NOSSA UNÃO FARÃO QUE ESCOJA A LIBERDADE CONTRA TODO TIPO DE OPRESSÃO CAUSADA PELO GOVERNO, OU MESMO QUALQUER OUTRO INSTRUMENTO QUE VENHA A OPRIMIR, OU SE POSICIONAR CONTRA NOSSA IDIOLOGIA E NOSSA LUTA.

ART. 6º JAMÁIS UM MEMBRO DA NOSSA ORGANIZAÇÃO FICARÁ ~~DESIGNADO~~ DENTRO OU FORA DO ESTADO, CASO SEJA SUBMETIDO À PENA NO RDB, QUANDO LHE FALTAR CONDIÇÕES.

ART. 7º PARA QUE NÃO FALTE O AUXÍLIO DO ARTIGO ANTERIOR E PARA FORTALECER A ORGANIZAÇÃO SERÁ OBRIGATORIO A CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA MENSAL DE TODOS OS INTEGRANTES CONFORME SERÁ ESTABELECIDO PELA CUPULA O VALOR, MAS SEMPRE DE ACORDO COM AS POSSIBILIDADES FINANCEIRAS DE CADA UM.

ART. 8º TODOS INTEGRANTES, DENOMINADOS DE "IRMÃOS" DEVEM LEALDADE E RESPEITO PARA COM A ORGANIZAÇÃO.

ART. 9º TEMOS COMO META: QUALIDADE E NÃO QUANTIDADE PORTANTO TODOS OS INTEGRANTES SERÃO RESPONSÁVEIS DIRETOS POR SEUS AFILHADOS, TENDO COMO OBRIGAÇÃO PROCURAR INFORMAÇÕES SOBRE A PROCEDÊNCIA E CONDUITA DESTES, ANTES DE SEUS BATISMOS. DEVENDO FICAR CLARO QUE NÃO SERÃO ACEITOS: ESTRUPADORES, CABOTAS, OU QUALQUER OUTRO COM CONDUTAS DUVIDOSAS, POIS DEVEMOS ZELAR PELA SÉRIEDADE E OBJETIVOS QUE FIZERAM O SUJITAMENTO DESTA ORGANIZAÇÃO.



Figura 19- Estatuto GDE (parte 2)

ART. 10 - A ORGANIZAÇÃO TERÁ COMO UM DE SEUS LEMAS:  
UM POR TODOS E TODOS POR UM, EM SENDO ASSIM: TODOS OS  
MEMBROS QUE ESTIVEREM EM LIBERDADE DEVE SEMPRE ESTAR  
EM SINTONIA E HARMONIA COM OS MEMBROS ENCARCERADOS,  
PREVALEENDO A UNIÃO DE TODOS EM BUSCA DO MESMO  
PROPOSITO.

ART. 11 TODOS OS PARTICIPANTES TERÃO VOZ, PODEMOS DAR OPINIÕES  
E SUGESTOES, SEMPRE VISANDO O CRESCIMENTO DA "FAMÍLIA"  
GUARDIÕES PORÉM É IMPORTANTE SE TER EM MENTE QUE  
A VOZ FINAL É A DOS QUE INTEGRAM A CUPULA, SENDO RESPEITADO  
ASSIM A HIERARQUIA.

ART. 12 É TERMINANTE PROIBIDO USAR O NOME DA ORGANIZAÇÃO PARA  
FINS DIVERSOS DOS AQUI ESTABELECIDOS BEM COMO PARA OBTEN  
VANTAGENS INDEVIDAS EM BENEFÍCIO PRÓPRIO QUE NÃO FAUOQUEM  
A COLETIVIDADE.

LEMBRANDO QUE NÃO SERÃO ADMITIDOS ERROS DESTE TIPO,  
SOFRENDO PUNIÇÃO QUEM DESOBRIGAR.

ART. 13 PARA BOM E FIEL COMPROMENTO DO ESTADO AQUI FIRMA,  
QUEM O DESOBRIGAR SERÁ COBRADO DE ACORDO A GRAVIDADE DO  
SEU ERRO E CULPA.

POIS A ORGANIZAÇÃO SERÁ RÍGIDA PARA COM OS QUE FALTAREM COM  
SUAS OBRIGAÇÕES.

ART. 14 IMPORTANTE ESCLARECER, QUE QUALQUER A CUSACÃO FEITA  
POR INTEGRANTES OU CONTRA ESTES, ATÉ MESMO POR PESSOAS NÃO  
PARTICIPANTES, SERÃO ANALISADAS E JULGADAS SOMENTE MEDIANTE  
PROVAS RETAS, POIS QUÉLE QUE FIZER ACUSACÃO INDIVÍDUO SEM  
PROVAS, SO FRERÁ SEVERA PUNIÇÃO POIS SO TERÁ OPORTUNIDADE QUEM  
SER OPORTUNIDADE.

ART. 15 TODOS OS MEMBROS DA CUPULA JULGADORA SERÃO  
OBRIGADOS A APLICAR A INEQUIDADE EM SUAS DECISÕES E  
SENTENÇAS, ONDE FALTA CONSIDERAÇÃO GRAVÍSSIMAS OCASIONANDO  
A EXCLUSÃO DO INTEGRANTE DA ORGANIZAÇÃO, COMO FORMA DE  
PUNIÇÃO.

Figura 20- Estatuto GDE (parte 3)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

POR FIM, O QUE MOTIVA A ORGANIZAÇÃO SERÁ SEMPRE  
EXPANDIR E PROPAGAR A UNIÃO E A IGUALDADE DAS FAVELAS  
EM COMUNIDADE COMA MASSA CARCERÁRIA. LUTAREMOS PELA PAZ  
DENTRO E FORA DO SISTEMA SEMPRE COM A INTENÇÃO DE SOMAR  
E JAMÁIS DE DIVIDIR E NEM MUITO MENOS DIMINUIR ESTABELEÇENDO  
QUE O CERTO PREVALEÇA NO CRIME, SENDO O CERTO COBRADO

JURAMENTO: FALE SEU NOME COMPLETO EM SEGUIDA  
SEGUIDA ESTOU VESTINDO A CAMISA DOS GUARDIOES  
DO ESTADO PROMETO LEVANTAR A BANDEIRA COM  
HONRA E LEALDADE EM BUSCA DA PAZ TANTO NO  
MEU BAIRRO E NO MEU ESTADO PARA QUE ASSIM VENHA  
PREVALER O CERTO E O CORRETO NO CRIME

Figura 21- Divisão em unidade do sistema penitenciário do Ceará dos presos por facção após a chacina em Manaus.





Figura 22- Divisão em unidade do sistema penitenciário do Ceará dos presos por facção após a chacina em Manaus.





Figura 23- Unidade recém-inaugurada do sistema penitenciário do Ceará após a divisão por facções.



Figura 24- Unidade recém-inaugurada do sistema penitenciário do Ceará após a divisão por facções e onde ocorreu um crime de homicídio.



## Anexo C - Gráficos e Tabelas:

Gráfico 03

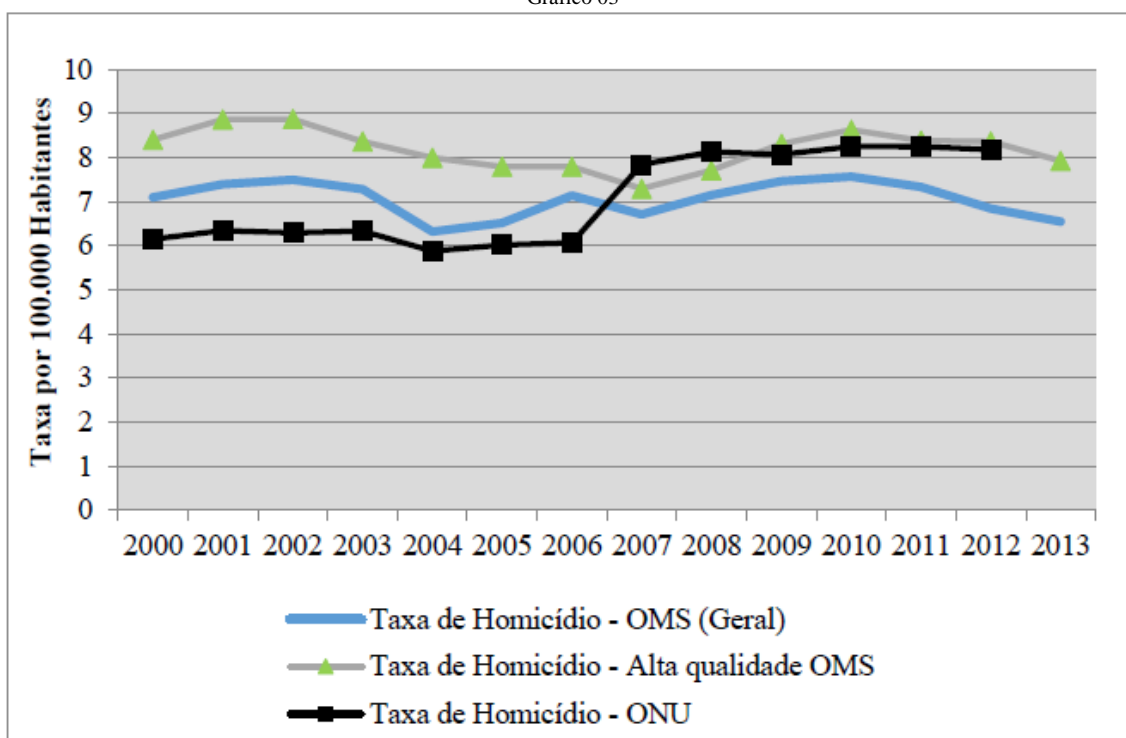


Gráfico 04

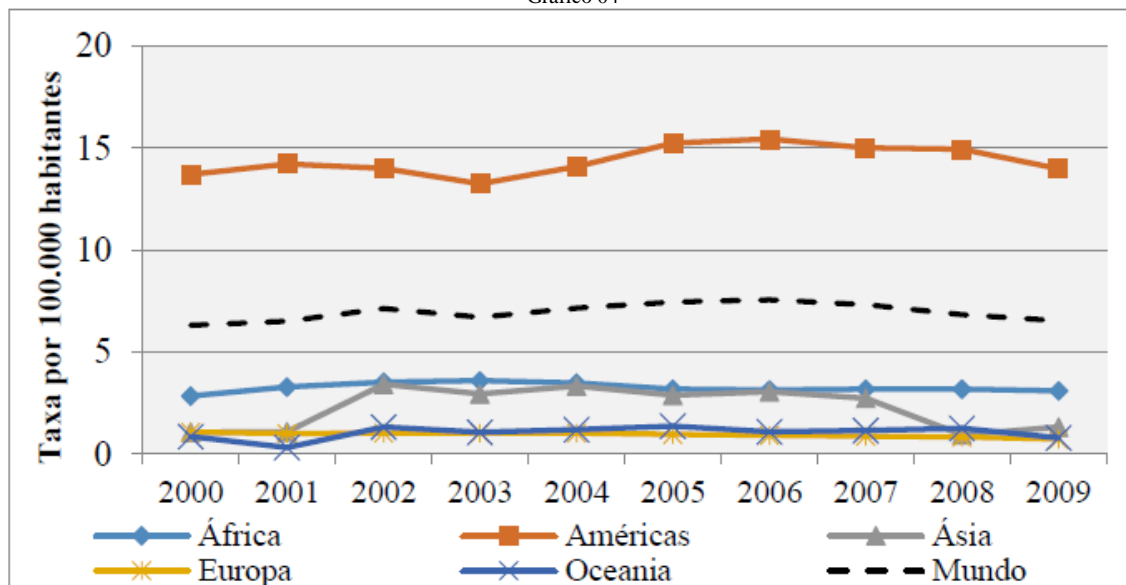
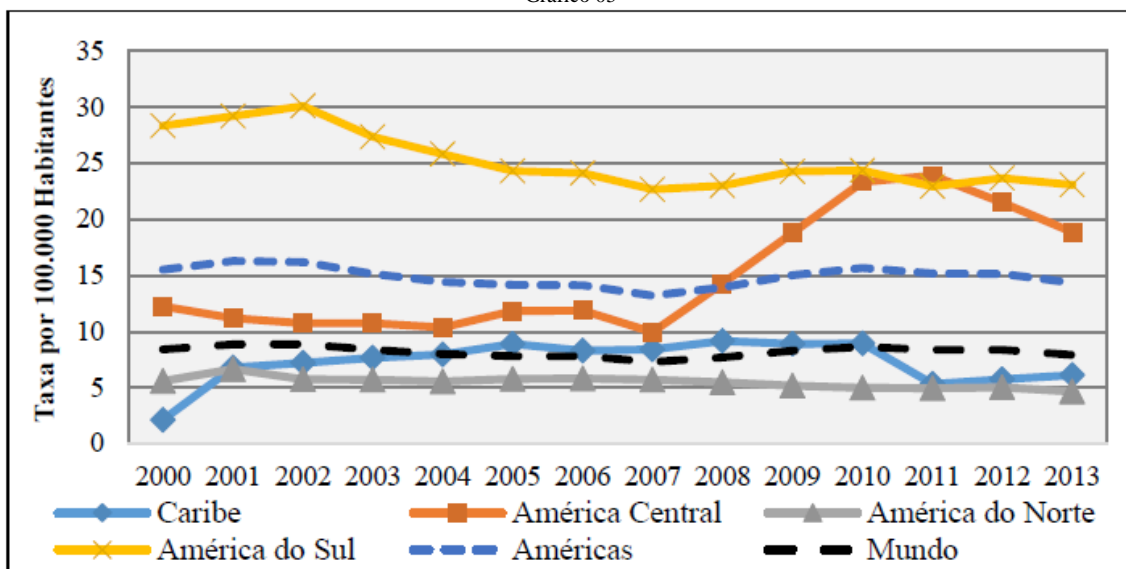
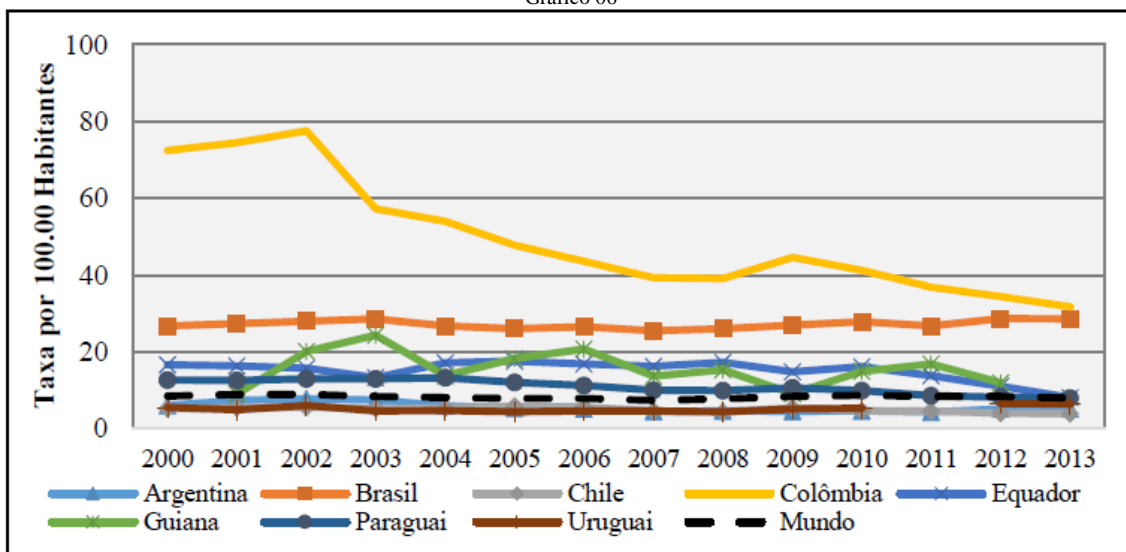


Gráfico 05



Fonte: ONU

Gráfico 06



Fonte: OMS



Tabela 02

Tab 4.2. Taxas de homicídio (por 100 mil) por AF, UF e Região. Brasil. 2004/2014.																
UF/REGIÃO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Δ% 1	Δ% 2			
Acre	8,0	5,4	7,3	7,3	5,9	8,8	8,8	6,7	11,2	12,4	14,6	83,0	17,3			
Amapá	13,4	9,3	12,2	9,4	10,6	11,0	15,4	11,7	16,7	13,4	19,3	44,3	44,1			
Amazonas	7,3	8,2	11,4	12,2	13,3	16,9	18,2	24,8	23,8	18,1	20,2	175,9	11,6			
Pará	14,5	17,1	18,2	19,1	26,3	27,4	33,0	27,0	27,3	28,2	28,5	96,9	1,0			
Rondônia	22,6	23,9	24,5	20,2	19,1	23,5	22,5	18,1	21,3	17,3	23,7	5,0	36,9			
Roraima	8,4	7,2	9,4	6,7	7,0	6,4	6,4	5,4	6,8	14,0	9,5	12,7	-32,4			
Tocantins	8,0	6,0	6,4	6,5	7,7	9,9	9,5	11,3	12,6	9,4	11,2	40,4	18,6			
Norte	12,7	13,8	15,3	15,3	19,1	21,1	24,0	22,1	22,9	21,4	23,1	82,1	7,8			
Alagoas	25,6	30,1	42,9	50,3	51,0	49,4	55,2	60,9	54,9	56,6	56,1	119,3	-0,9			
Bahia	11,7	14,6	17,2	19,2	26,4	29,8	31,7	29,6	32,4	28,5	30,7	161,7	7,8			
Ceará	11,7	12,5	12,9	14,7	15,8	17,7	24,3	24,2	36,4	41,5	42,9	268,2	3,4			
Maranhão	6,0	8,0	7,7	9,6	11,1	12,3	12,6	14,2	17,2	20,3	23,9	300,2	17,6			
Paraíba	13,3	15,1	17,3	18,0	20,0	27,0	32,1	36,4	32,1	31,9	31,9	139,4	-0,1			
Pernambuco	40,6	41,7	42,2	43,1	39,5	35,4	30,1	28,7	27,7	24,9	27,5	-32,2	10,2			
Piauí	4,4	5,0	6,3	6,0	5,1	5,9	6,8	8,0	9,8	11,7	14,0	215,2	19,6			
Rio Grande do Nor	8,1	8,9	10,1	14,2	17,3	19,8	19,3	24,6	26,5	34,1	38,9	379,8	14,1			
Sergipe	15,8	16,2	20,1	17,1	18,4	22,3	21,9	25,0	30,7	32,8	41,2	160,5	25,5			
Nordeste	16,2	18,1	20,1	21,9	24,0	25,4	26,7	27,2	29,9	30,4	32,8	101,9	7,8			
Espírito Santo	36,0	34,9	37,4	38,7	43,3	44,4	38,7	38,1	37,3	33,5	35,1	-2,5	4,8			
Minas Gerais	17,3	16,1	15,8	15,1	13,9	13,0	12,5	15,2	16,3	16,7	16,4	-5,5	-2,1			
Rio de Janeiro	41,2	38,9	37,2	32,4	27,3	25,0	25,7	21,2	21,4	21,7	21,5	-47,8	-1,0			
São Paulo	19,4	14,3	14,0	10,0	9,5	9,3	8,4	7,8	9,2	7,8	8,2	-57,7	5,3			
Sudeste	23,9	20,5	20,0	16,9	15,6	14,8	14,2	13,6	14,6	13,8	14,0	-41,4	1,2			
Paraná	19,1	19,8	21,5	21,7	24,0	25,0	25,2	22,5	23,0	18,5	19,2	0,6	3,6			
Rio Grande do Sul	13,5	13,6	13,0	15,0	16,6	15,1	14,0	14,3	16,1	15,3	18,7	38,6	22,2			
Santa Catarina	6,6	6,7	6,5	6,2	8,3	8,4	7,7	7,6	7,7	6,6	7,5	13,1	13,7			
Sul	14,1	14,4	14,8	15,6	17,6	17,4	16,8	15,9	16,8	14,5	16,3	15,3	12,2			
Distrito Federal	22,7	19,4	18,2	21,2	22,6	25,5	22,4	25,2	27,4	23,4	25,6	13,0	9,3			
Goiás	18,3	16,7	17,2	17,3	20,5	21,3	21,9	26,0	31,8	32,5	31,2	70,6	-3,9			
Mato Grosso	16,8	17,4	17,4	18,6	19,3	19,1	18,6	19,6	20,6	23,5	26,2	55,7	11,5			
Mato Grosso do Su	17,6	15,2	16,1	17,2	16,8	18,2	14,0	14,9	13,5	12,1	13,6	-22,7	12,4			
Centro-Oeste	18,6	17,1	17,2	18,3	20,0	21,1	19,9	22,5	25,4	25,4	26,0	39,5	2,5			
Brasil	19,1	18,1	18,7	18,0	18,8	19,3	19,3	19,1	20,7	20,0	21,2	11,1	5,8			

Fonte: Processamento do Mapa da Violência 2016

Notas: Δ% 1 = Crescimento % 2004/2014; Δ% 2 = Crescimento % 2013/2014; \*2014-Dados Preliminares

Fonte: Mapa da Violência

Tabela 03

Tabela 4.2 – Brasil: taxa de homicídios por 100 mil jovens na faixa etária de 15-29 anos de idade, por UF (2006 a 2016)

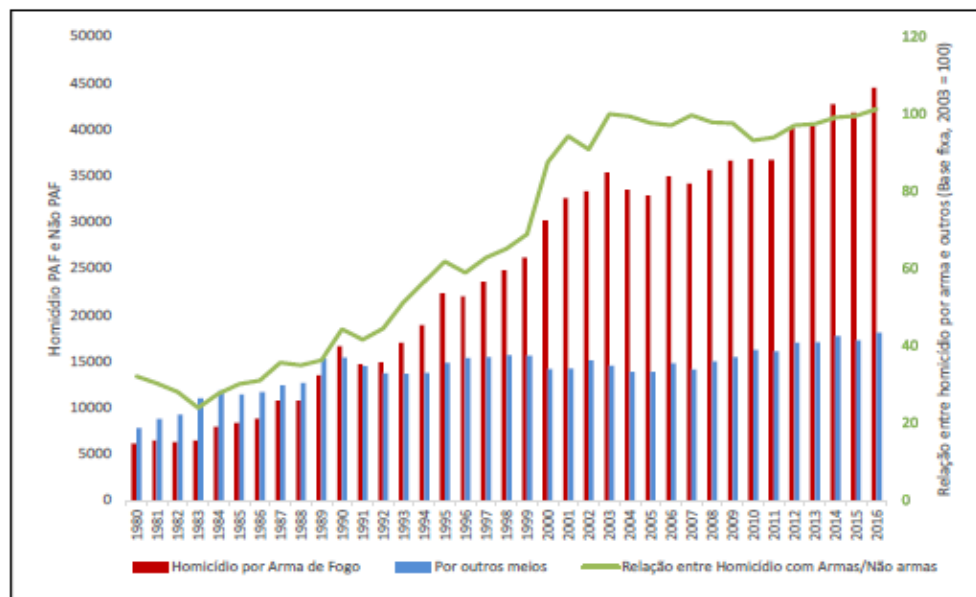
	Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes											Variação %		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006 a 2016	2015 a 2016	2011 a 2016
Brasil	52,5	50,8	53,3	54,0	54,6	53,5	58,9	59,3	62,9	60,9	65,5	24,8%	7,6%	22,4%
Acre	42,7	35,5	36,9	37,2	34,8	33,8	46,2	53,8	49,5	46,2	83,9	96,7%	81,7%	147,9%
Alagoas	108,6	121,8	126,1	123,2	142,7	147,1	137,8	147,8	140,5	118,9	122,4	12,7%	2,9%	-16,8%
Amapá	70,2	60,9	73,4	54,9	83,5	59,3	78,1	68,6	74,0	73,7	101,4	44,5%	37,6%	70,9%
Amazonas	43,0	42,6	46,5	51,3	59,3	72,9	66,5	59,1	60,1	70,9	67,7	57,5%	-4,6%	-7,1%
Bahia	45,6	50,7	70,5	81,3	85,6	78,3	90,4	83,8	90,7	92,2	114,3	150,5%	24,0%	46,0%
Ceará	39,8	44,6	46,9	49,3	61,4	64,4	95,9	111,7	117,3	101,9	87,7	120,5%	-13,9%	36,0%
Distrito Federal	55,8	59,6	67,3	70,6	60,0	64,5	66,7	59,2	57,0	47,6	50,4	-9,7%	6,0%	-21,8%
Espírito Santo	99,8	101,9	112,1	117,0	104,1	101,0	97,5	99,3	96,8	83,8	71,5	-28,3%	-14,6%	-29,1%
Goiás	50,7	51,6	58,5	58,4	64,6	70,9	89,1	93,4	91,3	93,8	96,4	90,3%	2,8%	36,0%
Maranhão	27,6	32,4	36,9	40,1	43,4	42,8	50,0	62,0	69,9	67,3	65,1	136,0%	-3,3%	52,2%
Mato Grosso	51,7	44,1	50,8	55,2	54,1	55,3	63,3	63,0	74,2	61,9	60,3	16,7%	-2,6%	9,1%
Mato Grosso do Sul	48,6	51,9	52,1	53,0	43,4	45,4	43,0	39,1	47,7	39,2	40,6	-16,4%	3,6%	-10,6%
Minas Gerais	45,2	43,9	41,3	38,8	36,9	42,8	48,1	50,2	50,2	46,8	49,8	10,2%	6,4%	16,4%
Pará	55,6	58,4	74,6	77,4	86,4	77,9	79,2	78,3	79,5	84,2	98,0	76,3%	16,3%	25,8%
Paraíba	43,0	43,2	52,5	66,7	78,9	87,4	87,0	87,3	86,0	82,9	70,5	63,8%	-14,9%	-19,3%
Paraná	62,1	63,8	69,1	74,8	70,8	64,2	67,3	55,6	53,5	53,7	57,6	-7,3%	7,2%	-10,4%
Pernambuco	106,2	109,3	106,2	92,6	80,6	79,0	74,8	70,9	78,5	89,8	105,4	-0,7%	17,4%	33,4%
Piauí	26,0	20,2	20,4	22,6	21,9	25,5	31,3	39,0	47,3	40,0	45,2	73,7%	13,0%	77,3%
Rio de Janeiro	104,7	94,0	79,7	73,3	78,0	62,3	62,0	69,8	78,4	71,5	87,7	-16,3%	22,7%	40,8%
Rio Grande do Norte	26,2	34,8	44,2	49,8	48,0	65,2	71,2	97,3	110,9	104,3	125,6	380,1%	20,4%	92,6%
Rio Grande do Sul	36,0	41,7	44,0	39,7	36,2	37,7	42,9	40,7	50,4	53,6	62,3	72,9%	16,4%	65,4%
Rondônia	55,0	44,4	43,8	47,8	46,4	38,2	46,9	43,2	46,7	53,4	53,3	-3,2%	-0,3%	39,5%
Roraima	37,6	37,3	29,3	39,1	38,3	28,1	49,5	54,2	38,3	51,9	60,7	61,6%	17,1%	116,1%
Santa Catarina	19,8	19,9	24,3	25,4	22,2	22,6	23,5	21,2	23,1	25,4	27,2	37,5%	7,5%	20,8%
São Paulo	39,3	28,7	27,0	27,0	24,6	23,2	26,7	23,8	25,8	21,9	19,0	-51,6%	-13,3%	-18,0%
Sergipe	56,7	49,5	52,3	53,9	58,2	61,4	78,4	86,0	103,0	118,2	142,7	151,9%	20,8%	132,5%
Tocantins	30,7	23,5	30,2	33,1	43,4	38,9	44,1	36,0	45,4	58,6	67,4	119,9%	15,1%	73,5%

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CID-10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Considerou-se jovens indivíduos entre 15 e 29 anos. Elaboração Diest/Ipes e FBSP.

Fonte: Atlas da violência

Tabela 04

**Gráfico 7.1 – Brasil: homicídio por arma de fogo e por outros meios (1980 a 2016)**



Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Fonte: Atlas da violência

Tabela 05- Número de homicídios no Ceará em 2016.

Tabela: Número de vítimas no Ceará em 2016

Mês	CVLI**	Ocorrido em Unidade Prisional	Intervenção Policial*
Janeiro	323	5	3
Fevereiro	297	1	8
Março	316	4	9
Abril	274	4	7
Maio	285	18	6
Junho	248	2	7
Julho	255	1	16
Agosto	291	2	6
Setembro	222	4	6
Outubro	278	5	9
Novembro	298	2	13
Dezembro	320	2	19
<b>Total</b>	<b>3.407</b>	<b>50</b>	<b>109</b>

Fonte: SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS



Tabela 06- Número de homicídios no Ceará em 2017.

Tabela: Número de vítimas no Ceará em 2017

Mês	CVLI	Ocorrido em Unidade Prisional	Intervenção Policial*
Janeiro	349	3	12
Fevereiro	269	0	6
Março	358	0	7
Abril	378	1	22
Maiο	471	1	12
Junho	474	1	16
Julho	474	6	23
Agosto	460	6	14
Setembro	460	2	11
Outubro	516	10	14
Novembro	470	5	11
Dezembro	454	3	13
<b>Total</b>	<b>5.133</b>	<b>38</b>	<b>161</b>

Fonte: SIP/CIOPS/CPI/PEFOCE/AAESC/SSPDS

Tabela 07- (taxa de homicídios de negros por estado)

	Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes											Variação %	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2006 a 2016	2015 a 2016
Brasil	17,2	15,5	15,9	16,0	15,4	14,8	15,8	15,3	16,0	15,3	16,0	-6,8%	5,0%
Acre	23,6	17,7	13,2	8,1	13,9	7,2	8,0	11,1	19,4	14,5	28,8	21,8%	98,7%
Alagoas	6,2	8,0	5,9	5,5	4,7	7,7	9,2	12,7	7,9	6,0	4,1	-33,7%	-31,9%
Amapá	8,6	11,6	5,2	6,4	16,1	17,0	15,8	14,5	7,8	8,3	7,8	-9,4%	-5,7%
Amazonas	11,6	5,9	5,8	6,0	8,1	15,3	16,1	14,9	11,1	13,3	13,7	18,3%	3,1%
Bahia	7,2	8,8	11,2	9,7	11,3	12,7	14,1	11,5	13,3	12,0	15,6	116,9%	29,6%
Ceará	5,9	7,3	6,9	7,2	10,7	9,2	8,9	9,9	10,3	9,0	8,3	41,4%	-7,1%
Distrito Federal	7,9	10,7	9,9	11,1	8,9	9,4	8,3	6,4	9,7	10,8	11,3	42,7%	4,7%
Espírito Santo	17,9	18,2	16,7	16,4	17,5	15,2	12,5	15,5	15,5	11,2	9,3	-48,2%	-17,3%
Goiás	15,2	16,2	16,4	16,5	15,3	16,8	22,7	24,0	25,0	25,6	25,9	70,7%	1,1%
Maranhão	9,2	9,8	9,0	9,9	9,8	12,8	12,9	14,8	17,7	19,1	19,6	112,3%	2,9%
Mato Grosso	23,4	26,7	19,5	20,4	20,1	21,4	20,6	24,9	27,3	22,7	22,6	-3,3%	-0,3%
Mato Grosso do Sul	23,8	27,5	25,6	25,1	21,7	18,6	17,7	18,3	20,4	18,2	21,0	-11,6%	15,6%
Minas Gerais	13,8	12,9	11,7	11,8	10,4	13,0	13,8	14,1	13,6	12,9	13,6	-1,7%	4,9%
Pará	9,7	11,1	13,5	12,7	15,2	14,3	15,5	16,4	12,5	13,4	16,9	73,4%	26,2%
Paraíba	3,3	3,0	3,5	3,7	3,6	5,8	6,6	6,9	5,8	6,1	5,8	75,0%	-4,1%
Paraná	33,3	32,6	34,5	38,4	38,4	34,9	34,7	30,4	30,7	28,9	30,6	-8,0%	6,0%
Pernambuco	12,5	8,5	12,6	11,2	7,7	6,8	5,7	6,9	11,9	12,9	17,8	42,7%	37,8%
Piauí	6,8	8,1	7,1	7,4	6,7	6,9	6,6	8,4	5,6	8,6	7,0	3,2%	-19,1%
Rio de Janeiro	27,4	22,3	20,5	18,7	22,5	17,7	17,7	18,1	19,4	18,2	20,5	-25,3%	12,1%
Rio Grande do Norte	7,4	8,6	8,4	11,2	8,3	10,5	12,8	14,5	15,5	11,2	16,0	118,1%	43,7%
Rio Grande do Sul	17,6	19,0	21,0	19,8	18,1	17,6	20,3	19,9	22,8	24,7	26,2	49,1%	5,8%
Rorônia	23,8	18,1	22,3	24,7	24,3	18,2	22,2	24,5	25,4	25,0	33,0	39,0%	32,2%
Roraima	48,9	22,9	26,6	28,9	8,7	10,5	33,0	54,3	44,6	44,0	38,3	-21,7%	-13,0%
Santa Catarina	9,7	9,6	12,5	12,7	12,7	12,1	11,5	11,7	12,8	12,7	12,6	29,6%	-0,4%
São Paulo	17,3	13,2	13,5	13,7	12,4	11,4	12,7	11,5	11,6	9,9	9,1	-47,2%	-7,5%
Sergipe	13,5	11,8	11,1	12,1	9,6	10,4	14,5	13,6	15,4	13,2	15,2	13,0%	15,1%
Tocantins	11,5	9,0	12,5	16,0	10,8	15,7	17,1	18,2	21,1	27,9	28,9	150,2%	3,5%

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: Os números de Negros foram obtidos somando pardos e pretos, enquanto os Não-negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

**WWW.ISCSP.ULISBOA.PT**